

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E ATUÁRIA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

CESAR PIRANA CALZAVARA

**ANÁLISE DO IMPACTO ECONÔMICO DE CONFLITOS ARMADOS E
GUERRAS NAS ECONOMIAS GLOBAIS**

Monografia de Bacharelado em Economia

**São Paulo
Outubro/2024**

CESAR PIRANA CALZAVARA

**ANÁLISE DO IMPACTO ECONÔMICO DE CONFLITOS ARMADOS E
GUERRAS NAS ECONOMIAS GLOBAIS**

Monografia submetida à apreciação de banca examinadora do Departamento de Economia, como exigência parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, elaborada sob a orientação do Professor Dr. Áquilas Nogueira Mendes.

**São Paulo
Outubro/2024**

Calzavara, Cesar Pirana.

ANÁLISE DO IMPACTO ECONÔMICO DE CONFLITOS ARMADOS E GUERRAS NAS ECONOMIAS GLOBAIS / Cesar Pirana Calzavara – São Paulo, 2025. (75 páginas)

Orientador: Prof. Dr. Áquilas Nogueira Mendes.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

Palavras-chave

Conflitos armados, guerras, impacto econômico, economia global, geopolítica.

Esta monografia foi examinada pelos professores abaixo relacionados e aprovada com nota final _____ (_____).

Este trabalho é somente para uso privado de atividades de pesquisa e ensino. Não é autorizada sua reprodução para quaisquer fins lucrativos. Esta reserva de direitos abrange a todos os dados do documento bem como seu conteúdo. Na utilização ou citação de partes do documento é obrigatório mencionar nome da pessoa autora do trabalho e demais itens da referência bibliográfica.

MOTTA, H. P. P. **Análise do impacto econômico de conflitos armados e guerras nas economias globais**. São Paulo - SP, 2024. [Monografia de Bacharelado - Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]

RESUMO: Os conflitos armados e guerras têm causado, ao longo da história, profundas transformações nas economias globais. Esses eventos afetam de forma significativa a infraestrutura, o capital humano e os mercados, alterando a alocação de recursos e provocando recessões de longo prazo nos países envolvidos. Modelos econômicos como o de destruição-criação, proposto por Richard Cantillon, explicam como a destruição causada pela guerra pode levar à inovação e à reconstrução econômica. Além disso, as abordagens keynesianas e neoclássicas fornecem diferentes perspectivas sobre o papel do gasto público e os efeitos de longo prazo das guerras nas economias nacionais e globais. O objetivo geral deste estudo é identificar os impactos econômicos de conflitos armados e guerras nas economias globais, considerando os efeitos sobre a infraestrutura, políticas econômicas e fluxos comerciais ao longo da história e na contemporaneidade. A metodologia utilizada baseou-se em uma revisão de literatura qualitativa, analisando estudos e publicações acadêmicas relevantes sobre o tema para sintetizar o conhecimento existente e identificar padrões e lacunas nas pesquisas. Os resultados indicam que os impactos econômicos variam de acordo com o contexto histórico, político e econômico de cada conflito. Alguns países conseguem se reconstruir rapidamente, enquanto outros enfrentam décadas de dificuldades econômicas. A reconstrução pós-guerra pode estimular o crescimento econômico por meio da inovação e da reestruturação, mas também gera desafios como o endividamento público e a inflação. A interdependência econômica global aumenta o alcance dos impactos, afetando cadeias de valor e mercados internacionais. Em conclusão, os conflitos armados causam transformações econômicas profundas, que podem ser tanto negativas quanto, em alguns casos, gerar oportunidades para reestruturação e crescimento.

Palavras-chave: destruição-criação; gasto militar; reconstrução econômica; interdependência global.

ABSTRACT: Armed conflicts and wars have historically caused profound transformations in global economies. These events significantly affect infrastructure, human capital, and markets, altering the allocation of resources and triggering long-term recessions in the countries involved. Economic models such as the destruction-creation theory, proposed by Richard Cantillon, explain how the destruction caused by war can lead to innovation and economic reconstruction. Furthermore, Keynesian and neoclassical approaches provide different perspectives on the role of public spending and the long-term effects of wars on national and global economies. The main objective of this study is to identify the economic impacts of armed conflicts and wars on global economies, considering the effects on infrastructure, economic policies, and trade flows throughout history and in contemporary times. The methodology employed was based on a qualitative literature review, analyzing relevant academic studies and publications on the topic to synthesize existing knowledge and identify patterns and gaps in the research. The results indicate that economic impacts vary according to the

historical, political, and economic context of each conflict. Some countries are able to rebuild quickly, while others face decades of economic challenges. Post-war reconstruction can stimulate economic growth through innovation and restructuring but also presents challenges such as public debt and inflation. The global economic interdependence amplifies the reach of these impacts, affecting supply chains and international markets. In conclusion, armed conflicts bring about profound economic transformations, which can be both negative and, in some cases, create opportunities for restructuring and growth.

Keywords: destruction-creation; military spending; economic reconstruction; global interdependence.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição dos impérios e populações em 1914	29
Tabela 2 – Evolução dos gastos militares per capita dos principais países (1870-1914)	33
Tabela 3 – Comparação dos gastos militares antes da primeira e segunda guerra mundiais	36
Tabela 4 – Participação das despesas militares no PIB durante as guerras mundiais	38
Tabela 5 – Mudanças na hierarquia econômica global após a primeira guerra mundial (1918)	40
Tabela 6 – Efeitos inflacionários da primeira guerra mundial, 1914-1921	42

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Variações no valor global do petróleo durante crises geopolíticas	60
Gráfico 2 – Evolução da inflação global de 2019 a 2022	63
Gráfico 3 – Transformações na matriz energética global (1970-2022)	65

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1: AS CARACTERÍSTICAS E TEORIAS ECONÔMICAS APLICADAS A CONFLITOS ARMADOS: MODELO DE DESTRUIÇÃO-CRIAÇÃO E AS ABORDAGENS KEYNESIANAS E NEOCLÁSSICAS	15
1.1 DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS DE CONFLITOS ARMADOS E GUERRAS	15
1.2 HISTÓRICO DE CONFLITOS ARMADOS E GUERRAS NO CONTEXTO ECONÔMICO	17
1.3 TEORIAS E MODELOS ECONÔMICOS APLICADOS A SITUAÇÕES DE GUERRA.....	20
1.3.1 Modelo destruição-criação de Richard Cantillon.....	22
1.3.2 Abordagens keynesianas e neoclássicas.....	25
CAPÍTULO 2: O IMPACTO ECONÔMICO DAS GUERRAS GLOBAIS DO SÉCULO XX: EFEITOS NOS CUSTOS FINANCEIROS E NAS MUDANÇAS NAS POLÍTICAS ECONÔMICAS DAS POTÊNCIAS ENVOLVIDAS.....	28
2.1 EXPANSÃO IMPERIALISTA EUROPEIA ENTRE O FINAL DO SÉCULO XIX E O INÍCIO DO SÉCULO XX	28
2.2 A SUPREMACIA ECONÔMICA E MILITAR DA EUROPA NO FINAL DO SÉCULO XIX.....	34
2.3 AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS GERADAS PELAS GUERRAS MUNDIAIS NO SÉCULO XX.....	35

2.4 O PESO FINANCEIRO DAS GUERRAS MUNDIAIS NO SÉCULO XX.....	37
2.5 TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS MAIS SIGNIFICATIVAS DECORRENTES DOS GRANDES CONFLITOS MUNDIAIS DO SÉCULO XX	44
CAPÍTULO 3: OS EFEITOS ECONÔMICOS CONTEMPORÂNEOS DE CONFLITOS ARMADOS: A COOPERAÇÃO ECONÔMICA DOS BRICS, SANÇÕES ECONÔMICAS E OS EMBARGOS SOBRE O PETRÓLEO RUSSO.....	47
3.1 A FOME COMO CONSEQUÊNCIA DIRETA DE CONFLITOS ARMADOS INTERNOS	49
3.1.1 Exame crítico da escassez alimentar em situações de conflitos armados	54
3.2 PARCERIAS ECONÔMICAS E COMERCIAIS ENTRE OS BRICS E A ÁFRICA DO SUL.....	57
3.3 A GUERRA ENTRE A RÚSSIA E A UCRÂNIA E SEUS IMPACTOS ECONÔMICOS.....	59
3.3.1 Consequências dos embargos sobre a exportação de petróleo russo	60
3.3.2 Consequências da invasão russa e a adaptação dos mercados globais.	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS	72

INTRODUÇÃO

O impacto econômico de conflitos armados e guerras nas economias globais é um tema de grande relevância na análise das dinâmicas políticas e econômicas internacionais. Nessa perspectiva, tem-se observado que, historicamente, esses eventos têm causado profundas mudanças expressivas nas estruturas econômicas, afetando tanto os países diretamente envolvidos quanto suas interações com o sistema global (AGUIAR, 2023).

Desse modo, os conflitos armados, ao gerarem destruição de infraestrutura, deslocamento de populações e desorganização dos mercados, alteram significativamente a alocação de recursos e a produção de bens e serviços, com consequências prolongadas para o crescimento econômico. Assim, tem-se notado que, no campo teórico, diversas abordagens buscam explicar as relações entre conflitos e a economia (AGUILAR, 2012).

É o caso, por exemplo, do modelo destruição-criação de Richard Cantillon, que associa a guerra à renovação econômica através da reconstrução, ou as abordagens keynesianas, que destacam o papel do gasto público na recuperação econômica. Esses conceitos oferecem uma base para a compreensão dos impactos, que vão desde a recessão imediata até possíveis períodos de crescimento posterior à reconstrução (CARDOSO, 2019).

O percurso histórico dos conflitos armados também evidencia a transformação das economias globais ao longo dos séculos, como observado nas guerras globais do século XX e suas repercussões. O imperialismo europeu no final do século XIX e início do XX exerceu influência decisiva nas tensões geopolíticas que culminaram em conflitos de larga escala, com consequências econômicas diretas, como o aumento dos custos de guerra e os ajustes nas políticas econômicas das potências envolvidas.

Atualmente, os impactos dos conflitos armados se manifestam em diversas áreas, como na insegurança alimentar, nas sanções econômicas e nas transformações nas cadeias globais de valor, o que demanda uma análise contínua sobre a forma como esses eventos moldam a economia mundial no longo prazo. Diante desse cenário, a justificativa para a realização desta pesquisa encontra-se em três eixos principais: social, acadêmico e profissional.

No âmbito social, o estudo do impacto econômico de conflitos armados e guerras permite compreender as implicações diretas e indiretas sobre populações afetadas, como o aumento da pobreza, desigualdade e insegurança alimentar, elementos críticos para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes. No campo acadêmico, a pesquisa contribui para o avanço do conhecimento ao explorar modelos teóricos aplicados a cenários de guerra (MACHADO, 2017).

A contribuição se dá pelo ampliamiento do entendimento sobre como conflitos influenciam a economia global e fornecendo subsídios para análises mais aprofundadas. Profissionalmente, o estudo beneficia áreas como economia, relações internacionais e planejamento governamental, fornecendo ferramentas e dados que auxiliam na formulação de estratégias de recuperação econômica e gestão de crises em ambientes instáveis (RIBEIRO, 2019).

Dessa forma, a relevância desta pesquisa se estende a múltiplas esferas, consolidando sua importância para o entendimento das dinâmicas entre guerra e economia. Conflitos armados e guerras têm sido uma constante ao longo da história, gerando profundas consequências econômicas para as nações envolvidas e para a economia global. Desde a destruição de infraestrutura até a alteração de fluxos comerciais e a imposição de sanções, os efeitos econômicos desses eventos são vastos e complexos.

O estudo das implicações econômicas desses conflitos envolve a análise de modelos teóricos, como o de destruição-criação, e de abordagens macroeconômicas que buscam explicar como as guerras impactam o crescimento econômico e a estabilidade financeira. No contexto histórico, o imperialismo europeu e os grandes conflitos do século XX trouxeram desafios econômicos de grande escala, enquanto no mundo contemporâneo, as sanções e embargos, como as impostas à Rússia, mostram como conflitos continuam a moldar economias de forma significativa.

Diante desse cenário, este estudo partirá do seguinte problema de pesquisa: como os conflitos armados e guerras afetam as economias globais? Tendo em vista tal delimitação, o objetivo geral, portanto, será identificar os impactos econômicos de conflitos armados e guerras nas economias globais, considerando os efeitos sobre a infraestrutura, políticas econômicas e fluxos comerciais ao longo da história e na contemporaneidade.

Os específicos visarão: I) descrever as características e teorias econômicas aplicadas a conflitos armados, como o modelo de destruição-criação e as abordagens

keynesianas e neoclássicas; II) analisar o impacto econômico das guerras globais do século XX, com ênfase nos custos financeiros e nas mudanças nas políticas econômicas das potências envolvidas; e III) investigar os efeitos econômicos contemporâneos de conflitos armados, incluindo a cooperação econômica dos BRICS, sanções econômicas e impactos específicos como os embargos sobre o petróleo russo.

A metodologia adotada para este estudo baseia-se em uma revisão de literatura, que consiste na análise de estudos e publicações previamente desenvolvidas sobre o tema, com o objetivo de sintetizar o conhecimento existente e identificar lacunas e padrões. A revisão de literatura é de abordagem qualitativa, caracterizada pela interpretação de dados não numéricos, e de natureza descritiva, que tem como propósito descrever fenômenos e características de forma detalhada, sem interferência direta no objeto de estudo.

O procedimento seguiu os passos da pesquisa bibliográfica, com levantamento de materiais relevantes a partir de bases de dados como Google Scholar e SciELO, utilizando os seguintes descritores: "impacto econômico de guerras", "conflitos armados", "política econômica global" e "sanções econômicas". Os critérios de inclusão dos estudos analisados foram: publicações dos últimos dez anos, em português, disponíveis gratuitamente e que abordem o tema de forma direta.

Foram excluídos os materiais científicos que tratavam de conflitos locais sem impacto global e estudos que não discutiam sobre os aspectos econômicos. Dessa maneira, para melhor organização do processo metodológico, a seleção e a organização dos dados foram realizadas de acordo com os princípios metodológicos da pesquisa bibliográfica, visando à obtenção de informações relevantes e atuais para que fosse viável realizar a análise proposta.

A presente pesquisa está estruturada em três capítulos principais, organizados de forma a proporcionar uma análise abrangente dos impactos econômicos de conflitos armados e guerras, tanto do ponto de vista histórico quanto no contexto contemporâneo. O primeiro capítulo, intitulado Conflitos Armados e Suas Implicações Econômicas, trata da definição e das características dos conflitos armados e guerras, seguido de um histórico que contextualiza esses eventos no cenário econômico.

Também aborda as principais teorias e modelos econômicos aplicados a situações de guerra, como o modelo de destruição-criação de Richard Cantillon, além das abordagens keynesianas e neoclássicas, encerrando com uma revisão dos

estudos anteriores sobre o impacto econômico desses conflitos.

O segundo capítulo, O Imperialismo Europeu e as Guerras Globais do Século XX, focaliza o contexto do imperialismo europeu do final do século XIX e início do XX, destacando a preeminência econômica e militar da Europa nesse período. Este capítulo explora o impacto econômico dos conflitos globais ocorridos no século XX, com ênfase nos custos dos dois grandes conflitos globais e as repercussões nas políticas econômicas das nações envolvidas.

Já o terceiro capítulo, Impactos Econômicos dos Conflitos Armados no Mundo Contemporâneo, analisa os efeitos atuais dos conflitos armados, com destaque para os conflitos internos como causa da fome e as suas consequências na insegurança alimentar. Também são abordadas a cooperação econômica e comercial dos BRICS com a África do Sul, as sanções econômicas impostas à Rússia pela União Europeia e, especificamente, os impactos dos embargos sobre o petróleo russo e os efeitos da invasão russa no mercado internacional.

Essa estrutura visa a oferecer uma análise detalhada e sequencial dos impactos econômicos gerados por conflitos armados, conectando diferentes momentos históricos e contextos econômicos globais.

CAPÍTULO 1: AS CARACTERÍSTICAS E TEORIAS ECONÔMICAS APLICADAS A CONFLITOS ARMADOS: MODELO DE DESTRUIÇÃO-CRIAÇÃO E AS ABORDAGENS KEYNESIANAS E NEOCLÁSSICAS

O capítulo aborda de maneira abrangente a definição e as características dos conflitos armados e guerras, explorando sua natureza multifacetada. Em seguida, traça um panorama histórico desses conflitos no contexto econômico, elucidando como os aspectos econômicos influenciaram e foram influenciados pelas guerras ao longo do tempo.

As teorias e modelos econômicos aplicados a situações de guerra são analisados em profundidade, destacando o modelo de destruição-criação de Richard Cantillon, que oferece uma perspectiva sobre os efeitos econômicos da destruição causada pelos conflitos e a subsequente reconstrução.

Além disso, são exploradas as abordagens keynesianas e neoclássicas, que fornecem diferentes interpretações sobre o impacto econômico das guerras.

Por fim, o capítulo revisa estudos anteriores que investigam o impacto econômico dos conflitos armados, proporcionando uma compreensão detalhada das consequências econômicas dessas situações e contribuindo para uma base teórica sólida para futuras pesquisas.

1.1 DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS DE CONFLITOS ARMADOS E GUERRAS

Os conflitos armados e as guerras são fenômenos de grande complexidade e variabilidade, apresentando definições e características específicas que diferem conforme o contexto histórico, geopolítico e social em que ocorrem. No entanto, em termos gerais, conflitos armados podem ser definidos como disputas que envolvem o uso da força militar entre dois ou mais grupos organizados, sejam eles estados, grupos insurgentes ou organizações não estatais.

As guerras, por sua vez, são um tipo específico de conflito armado, geralmente de maior escala e duração, envolvendo estados ou coalizões de estados, e resultando em um elevado número de baixas e destruição (Silva, 2022). Uma característica central dos conflitos armados é a intencionalidade do uso da força para alcançar objetivos políticos, territoriais ou ideológicos. Essa intencionalidade distingue os conflitos armados de outras formas de violência organizada, como o terrorismo ou a

criminalidade.

A natureza organizada dos grupos envolvidos é outra característica distintiva, com as partes do conflito possuindo estruturas hierárquicas, estratégias militares e recursos logísticos para sustentar suas operações (Silva, 2022). Além da organização e da intencionalidade, os conflitos armados são caracterizados pela intensidade da violência. Segundo Bartolomé (2019), a intensidade pode variar de confrontos esporádicos a campanhas militares prolongadas, envolvendo batalhas convencionais, guerrilha, e outras formas de combate.

Essa intensidade é frequentemente medida pelo número de mortes em combate, a duração dos combates e a extensão da destruição material. A capacidade de mobilização e sustentação dos esforços bélicos também é uma característica importante, influenciando diretamente a duração e o impacto do conflito. Os conflitos armados também apresentam características específicas quanto aos seus atores. Eles podem envolver estados nacionais, coalizões de estados, organizações internacionais, grupos insurgentes, movimentos de libertação nacional, milícias, e até mesmo grupos terroristas.

Cada um desses atores traz diferentes motivações, recursos e táticas para o conflito, o que complica ainda mais a dinâmica dos confrontos e a busca por resoluções pacíficas. Outro aspecto crucial dos conflitos armados é o impacto sobre a população civil. Além das baixas militares, os conflitos resultam em grandes números de vítimas civis, deslocamentos forçados, crises humanitárias e violação dos direitos humanos.

As infraestruturas civis, como hospitais, escolas e sistemas de abastecimento de água, frequentemente se tornam alvos ou sofrem danos colaterais, exacerbando as condições de vida das populações afetadas. Do ponto de vista legal, os conflitos armados são regulados por um conjunto de normas internacionais conhecidas como Direito Internacional Humanitário (DIH), que visa limitar os efeitos dos conflitos sobre as pessoas e propriedades.

O DIH estabelece regras sobre a condução das hostilidades, a proteção de civis e combatentes fora de combate, e o tratamento de prisioneiros de guerra (Bartolomé, 2019). Apesar dessas normas, violações são comuns, complicando os esforços de proteção das populações e a responsabilização dos perpetradores. A economia dos conflitos armados é outro aspecto relevante, envolvendo tanto os custos diretos, como despesas militares e destruição de recursos, quanto os custos indiretos, como perda

de produtividade, fuga de capital e destruição de infraestruturas.

Os conflitos armados podem resultar em recessões econômicas prolongadas, crises de refugiados e desintegração social, com consequências que se estendem por décadas após o término das hostilidades. A motivação dos conflitos armados também merece destaque, abrangendo uma gama de fatores políticos, econômicos, étnicos, religiosos e territoriais. As causas subjacentes podem incluir disputas por recursos naturais, demandas por autodeterminação, divergências ideológicas e rivalidades históricas (Cardoso, 2019).

A análise dessas causas é fundamental para entender a eclosão e a persistência dos conflitos, bem como para o desenvolvimento de estratégias de prevenção e resolução. Dessa maneira, conclui-se que os conflitos armados modernos têm sido marcados por uma crescente complexidade, com a globalização e a interdependência econômica mundial adicionando novas dimensões às dinâmicas tradicionais de guerra.

Conflitos intraestatais, envolvendo grupos insurgentes e milícias, tornaram-se mais comuns do que guerras interestatais tradicionais, refletindo mudanças na natureza das ameaças à segurança internacional (Martins; Xavier, 2021). Os conflitos armados e guerras representam desafios significativos para a paz e a segurança internacional, exigindo uma abordagem multifacetada para sua compreensão e resolução.

1.2 HISTÓRICO DE CONFLITOS ARMADOS E GUERRAS NO CONTEXTO ECONÔMICO

A análise histórica dos conflitos armados e guerras revela que esses eventos têm desempenhado um papel significativo na formação e transformação das economias ao longo dos séculos. Desde as guerras antigas, como as disputas territoriais entre as cidades-estado da Mesopotâmia, até os conflitos contemporâneos, a relação entre guerra e economia tem sido complexa e multifacetada.

Em cada era, os conflitos armados não só moldaram as fronteiras políticas, mas também tiveram profundas implicações econômicas, afetando a distribuição de recursos, a estrutura das economias e o desenvolvimento tecnológico (Aguiar, 2023). Na antiguidade, as guerras frequentemente surgiam por disputas sobre recursos naturais e territórios férteis.

As campanhas militares de impérios como o Egípcio, o Assírio e o Romano exemplificam como a conquista territorial estava intimamente ligada à aquisição de riquezas e recursos necessários para sustentar e expandir os impérios (Aguiar, 2023). Essas expansões não apenas traziam riqueza imediata através de saques e tributos, mas também incorporavam novas regiões e populações à economia do império, criando uma rede de comércio e produção que alimentava o crescimento econômico.

Durante a Idade Média, os conflitos armados continuaram a moldar as economias europeias. As Cruzadas, por exemplo, abriram novas rotas comerciais entre o Oriente e o Ocidente, introduzindo produtos e tecnologias que estimularam o comércio e a inovação na Europa. No entanto, essas guerras também drenaram recursos econômicos significativos e criaram instabilidades políticas que afetaram negativamente a prosperidade de várias regiões.

A relação entre guerra e economia durante este período é ilustrada tanto pela destruição quanto pela criação de novas oportunidades econômicas (Aguiar, 2023). Ribeiro (2019) descreve que a Era Moderna viu a ascensão de estados-nação e um aumento na escala e na organização das guerras, com consequências econômicas ainda mais profundas. As Guerras Napoleônicas, por exemplo, não só redesenharam o mapa da Europa, mas também tiveram implicações econômicas de longo alcance, incluindo o bloqueio continental que afetou o comércio europeu e global.

Essas guerras demonstraram como os conflitos podiam catalisar mudanças econômicas, incentivando a inovação militar e industrial e alterando as estruturas econômicas das nações envolvidas. No século XX, as duas Guerras Mundiais foram eventos econômicos monumentais que redefiniram as economias globais. A Primeira Guerra Mundial levou à mobilização massiva de recursos e mão-de-obra, causando uma reestruturação das economias nacionais e resultando em profundas mudanças sociais e econômicas.

O impacto econômico da guerra incluiu a dívida massiva, a inflação e a mudança dos papéis de gênero no mercado de trabalho. A Segunda Guerra Mundial, ainda mais devastadora, precipitou a criação de uma nova ordem econômica global, com a emergência dos Estados Unidos como a principal potência econômica e a instituição de sistemas econômicos internacionais como o Acordo de Bretton Woods, que moldou as políticas econômicas pós-guerra (Ribeiro, 2019).

Os conflitos armados da Guerra Fria introduziram uma nova dinâmica econômica, com a competição ideológica entre capitalismo e comunismo

impulsionando gastos militares e investimentos em tecnologias de defesa. Conflitos como a Guerra do Vietnã e a Guerra da Coreia tiveram efeitos econômicos tanto nos países diretamente envolvidos quanto na economia global, com a corrida armamentista incentivando avanços tecnológicos e mudanças na alocação de recursos.

Além disso, a Guerra Fria levou a um aumento significativo nos orçamentos de defesa e no complexo industrial-militar, que continuou a influenciar as economias nacionais e internacionais mesmo após o fim do conflito (Aguilar, 2022). Na era pós-Guerra Fria, conflitos regionais e guerras civis emergiram como os principais tipos de conflitos armados, frequentemente impulsionados por questões econômicas, étnicas e políticas internas.

Conflitos na África, no Oriente Médio e na Ásia demonstraram como a competição por recursos naturais, como petróleo e minerais, pode alimentar e prolongar as guerras. Esses conflitos têm frequentemente devastado economias locais, deslocado populações e criado crises humanitárias que exigem intervenções econômicas e de ajuda internacional. Os conflitos contemporâneos, como a Guerra ao Terror iniciada após os ataques de 11 de setembro, continuam a destacar a interconexão entre guerra e economia.

As operações militares no Afeganistão e no Iraque exemplificam como as campanhas prolongadas podem impactar significativamente as economias dos países envolvidos, tanto em termos de custos diretos quanto de impactos de longo prazo, como o aumento da dívida pública e os efeitos no crescimento econômico (Aguilar, 2022). Além disso, essas guerras têm ressaltado a importância da segurança energética e das questões geopolíticas relacionadas ao controle de recursos estratégicos.

A globalização trouxe novas dimensões aos conflitos armados, com economias interconectadas amplificando os efeitos econômicos das guerras. A interdependência econômica significa que conflitos em uma região podem ter repercussões econômicas globais, afetando mercados financeiros, cadeias de suprimentos e a estabilidade econômica internacional. Conflitos modernos também têm destacado a importância da guerra cibernética e da segurança digital, com implicações econômicas significativas para a proteção de infraestruturas críticas e informações financeiras.

A história dos conflitos armados no contexto econômico demonstra uma interrelação complexa e multifacetada. Desde a antiguidade até os tempos modernos,

guerras têm não apenas moldado fronteiras políticas, mas também transformado economias, gerando tanto destruição quanto oportunidades de inovação e crescimento (Almeida, 2020).

O estudo dessa relação continua a ser crucial para compreender as dinâmicas econômicas e políticas globais e para desenvolver estratégias eficazes de prevenção e resolução de conflitos.

1.3 TEORIAS E MODELOS ECONÔMICOS APLICADOS A SITUAÇÕES DE GUERRA

As situações de guerra têm sido objeto de diversas teorias e modelos econômicos ao longo da história, com o objetivo de compreender e prever os impactos econômicos dos conflitos armados. Esses modelos oferecem diferentes perspectivas sobre como as guerras influenciam as economias, desde a destruição de capital até a criação de oportunidades econômicas em períodos de reconstrução. Uma das abordagens mais antigas e influentes é o modelo de destruição-criação de Richard Cantillon, que propõe que a guerra, ao mesmo tempo que destrói recursos, também abre caminho para a inovação e a reorganização econômica (Claval, 2005).

Cantillon argumentou que a destruição causada pela guerra pode levar a uma redistribuição de recursos e a uma renovação econômica. Segundo sua teoria, a destruição de capital físico durante os conflitos, embora prejudicial a curto prazo, cria demanda por reconstrução, estimulando a atividade econômica. Essa visão contrapõe a perspectiva puramente negativa da guerra, sugerindo que os períodos de paz subsequentes podem ver um aumento na inovação e na produtividade devido à necessidade de reconstruir e modernizar as infraestruturas danificadas (Claval, 2005).

Outra importante contribuição teórica vem das abordagens keynesianas, que enfatizam o papel dos gastos governamentais na manutenção da demanda agregada durante e após os conflitos. John Maynard Keynes destacou que os gastos militares podem atuar como um estímulo econômico, especialmente durante períodos de recessão. Durante a Segunda Guerra Mundial, por exemplo, os enormes gastos com defesa ajudaram a tirar muitas economias da Grande Depressão, gerando emprego e produção.

No entanto, Keynes também alertou para os perigos da inflação e da dívida pública resultantes do financiamento prolongado de guerras (Claval, 2005). Em

contraste com a perspectiva keynesiana, as abordagens neoclássicas tendem a focar nos efeitos de longo prazo dos conflitos armados. Economistas neoclássicos argumentam que a guerra desvia recursos de usos produtivos, como investimento em capital humano e infraestrutura civil, para gastos improdutivo, como armamentos e manutenção de forças militares (Hayek, 2017).

Essa visão sugere que, embora possa haver um estímulo econômico de curto prazo, os efeitos de longo prazo das guerras são geralmente negativos, resultando em menor crescimento econômico e deterioração do bem-estar social. A teoria dos ciclos políticos também oferece uma visão interessante sobre a economia de guerra, sugerindo que os líderes políticos podem usar conflitos armados para manipular a economia a seu favor.

Segundo essa teoria, os governantes podem aumentar os gastos militares para estimular a economia e melhorar sua popularidade antes de eleições, ou para desviar a atenção de problemas econômicos internos (Hayek, 2017). Essa abordagem ajuda a entender como as considerações políticas podem influenciar as decisões econômicas durante os períodos de guerra. Os modelos de crescimento endógeno proporcionam outra perspectiva relevante, examinando como a guerra pode afetar a capacidade de inovação e o acúmulo de capital humano.

Esses modelos sugerem que os conflitos armados podem ter efeitos devastadores sobre a educação e a saúde, prejudicando a capacidade de um país de sustentar o crescimento econômico a longo prazo. Dessa maneira, a destruição de escolas, hospitais e outras infraestruturas críticas durante os conflitos pode ter repercussões duradouras, reduzindo o potencial de crescimento e desenvolvimento econômico.

A economia institucional também oferece insights valiosos, analisando como as instituições políticas e econômicas podem influenciar a probabilidade e os impactos dos conflitos armados. Instituições fortes e inclusivas tendem a mitigar os efeitos negativos da guerra, promovendo a estabilidade e facilitando a recuperação pós-conflito (Hayek, 2017). Em contraste, instituições fracas e exclusivas podem exacerbar os conflitos, prolongando a instabilidade e dificultando a reconstrução econômica.

Estudos empíricos sobre o impacto econômico das guerras têm se concentrado em medir os efeitos diretos e indiretos dos conflitos. Pesquisas mostram que as guerras têm um impacto devastador sobre o produto interno bruto (PIB), com países em conflito frequentemente experimentando quedas significativas na produção

econômica. Além disso, os efeitos indiretos, como a fuga de capitais, a interrupção do comércio e a crise de refugiados, agravam ainda mais os impactos econômicos, tornando a recuperação uma tarefa árdua e prolongada.

A literatura sobre economia de guerra também destaca a importância da ajuda internacional e da cooperação global na recuperação pós-conflito. Organizações internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), desempenham um papel crucial ao fornecer assistência financeira e técnica para os países devastados pela guerra (Bose, 2013). A reconstrução bem-sucedida depende não apenas de recursos financeiros, mas também de reformas políticas e institucionais que promovam a paz e a estabilidade em longo prazo.

Os modelos de economia política oferecem uma abordagem integrada para entender a relação entre guerra e economia, combinando insights de várias disciplinas. Esses modelos consideram como os interesses econômicos, políticos e sociais interagem para influenciar o início, a duração e as consequências dos conflitos armados. Ao considerar fatores como a distribuição de poder, a estrutura econômica e as dinâmicas sociais, esses modelos oferecem uma compreensão mais holística e abrangente dos efeitos econômicos da guerra.

As teorias e modelos econômicos aplicados às situações de guerra fornecem um quadro diversificado e multifacetado para compreender os impactos econômicos dos conflitos armados (Bose, 2013). Cada abordagem oferece insights valiosos que, juntos, ajudam a construir uma imagem mais completa e sofisticada da economia de guerra, informando tanto a análise acadêmica quanto a formulação de políticas para prevenir e mitigar os efeitos devastadores dos conflitos armados.

1.3.1 Modelo destruição-criação de Richard Cantillon

O modelo destruição-criação de Richard Cantillon é uma teoria econômica que aborda os efeitos contraditórios da guerra sobre as economias. Nessa perspectiva, Cantillon, um dos precursores da economia política, argumentou que a destruição resultante dos conflitos armados, embora devastadora a curto prazo, pode catalisar processos de renovação e crescimento econômico a longo prazo (Carvalho; Borges, 2019).

Este modelo parte da premissa de que a guerra, ao destruir capital físico e humano, cria uma necessidade urgente de reconstrução, impulsionando a demanda

e estimulando a atividade econômica. Cantillon observou que a destruição causada pela guerra pode levar a uma redistribuição de recursos, permitindo que setores da economia anteriormente ineficientes ou estagnados se revitalizem. A destruição de infraestruturas e capital físico durante os conflitos obriga sociedades a investir em reconstrução e inovação, promovendo um ciclo de criação de novas oportunidades econômicas.

Este fenômeno pode ser comparado a um "despertar" econômico, onde a necessidade de recuperação incita progresso tecnológico e reorganização estrutural (Thornton, 2015). Cantillon destacou a importância da mobilização de recursos durante a guerra, que pode trazer benefícios econômicos inadvertidos. A guerra exige uma redistribuição significativa de mão-de-obra e capital, com muitas indústrias se reorientando para atender às necessidades militares.

Esse processo pode levar ao desenvolvimento de novas tecnologias e métodos de produção que, após o conflito, podem ser aplicados na economia civil, impulsionando a produtividade e o crescimento econômico. A teoria de Cantillon também sugere que a guerra pode alterar a estrutura de poder econômico dentro de uma sociedade, com consequências a longo prazo para a distribuição de riqueza e recursos.

Durante os conflitos, aqueles que controlam recursos críticos ou que conseguem adaptar suas atividades econômicas às novas condições podem emergir como novos líderes econômicos. Esse rearranjo pode contribuir para a dinamização da economia, removendo obstáculos ao crescimento causados por estruturas de poder econômico ultrapassadas ou ineficientes (Lopes et al., 2020). Outra dimensão importante do modelo de Cantillon é a ideia de que a guerra pode acelerar a circulação monetária e o fluxo de capital.

A necessidade de financiar operações militares e reconstrução pode levar a um aumento significativo nos gastos públicos e na mobilização de recursos financeiros. Esse aumento na circulação de capital pode estimular a economia, promovendo investimentos e consumo. Contudo, Cantillon alertou para os riscos inflacionários associados a esse processo, ressaltando a necessidade de equilíbrio na gestão econômica durante e após os conflitos.

Cantillon também explorou como a guerra pode afetar o mercado de trabalho, alterando a oferta e a demanda por mão-de-obra. Os conflitos armados frequentemente resultam em perdas significativas de vidas e deslocamentos

populacionais, o que pode criar escassez de trabalhadores em certas regiões ou setores (Lopes et al., 2020). No entanto, essa situação pode ser uma oportunidade para a requalificação e a redistribuição da força de trabalho, com impactos positivos sobre a eficiência e a produtividade econômica a longo prazo.

Uma crítica ao modelo de Cantillon é a sua ênfase na criação de oportunidades a partir da destruição, que pode parecer insensível aos enormes custos humanos e sociais dos conflitos armados. Embora reconheça os possíveis benefícios econômicos da reconstrução, é crucial não subestimar o sofrimento e a desestabilização causados pela guerra. A destruição de capital humano, em particular, representa uma perda irreparável que não pode ser completamente compensada pelos ganhos econômicos subsequentes.

Cantillon reconheceu que a eficácia do processo de destruição-criação depende significativamente do contexto institucional e político. Sociedades com instituições fortes e eficientes são mais capazes de gerir a reconstrução de maneira eficaz, promovendo um ambiente propício à inovação e ao crescimento. Em contraste, sociedades com instituições frágeis ou corruptas podem ver a destruição agravada por má gestão e ineficiências, dificultando a recuperação econômica e prolongando os efeitos negativos da guerra (Bose, 2013).

No contexto contemporâneo, o modelo de Cantillon continua a ser relevante, oferecendo insights sobre como os conflitos armados podem moldar as economias modernas. Estudos empíricos têm demonstrado que, embora a destruição inicial tenha efeitos devastadores, a fase de reconstrução pode, de fato, levar a avanços significativos em infraestrutura e tecnologia. Contudo, a aplicação do modelo de Cantillon requer uma abordagem cuidadosa, levando em conta as variáveis específicas de cada conflito e o papel crucial das políticas de reconstrução.

O modelo destruição-criação de Richard Cantillon proporciona uma lente valiosa para entender as complexas interações entre guerra e economia. Ao destacar tanto os aspectos destrutivos quanto criativos dos conflitos armados, Cantillon oferece uma perspectiva equilibrada que reconhece os desafios e as oportunidades econômicas inerentes aos processos de destruição e reconstrução (Bose, 2013).

Essa abordagem continua a influenciar a análise econômica contemporânea, sublinhando a importância de uma gestão cuidadosa e estratégica na resposta aos impactos econômicos da guerra.

1.3.2 Abordagens keynesianas e neoclássicas

As abordagens keynesianas e neoclássicas oferecem perspectivas contrastantes sobre o funcionamento das economias e as políticas mais eficazes durante períodos de guerra. O keynesianismo, fundamentado nas ideias de John Maynard Keynes, defende a intervenção ativa do governo na economia, especialmente através de políticas fiscais expansivas para mitigar os efeitos adversos dos ciclos econômicos.

Durante períodos de guerra, essa escola de pensamento enfatiza o papel dos gastos públicos como um meio de estimular a demanda agregada, compensando a redução da atividade econômica em outros setores (Cavalcante, 2014). Keynes argumentava que os gastos militares, embora inicialmente destinados a fins bélicos, poderiam gerar efeitos multiplicadores na economia. Ao aumentar a demanda por bens e serviços, os investimentos em defesa podem impulsionar a produção industrial e criar empregos, mitigando os efeitos recessivos típicos dos períodos de conflito.

A mobilização de recursos para a guerra, portanto, poderia ser vista não apenas como um fardo, mas também como uma oportunidade para revitalizar economias em crise. Por outro lado, as abordagens neoclássicas, baseadas nas ideias de economistas como Adam Smith e Alfred Marshall, enfatizam a eficiência dos mercados livres e a importância de minimizar a intervenção governamental.

Segundo essa perspectiva, a alocação de recursos através de mecanismos de mercado é considerada a forma mais eficaz de promover o crescimento econômico e a prosperidade. Durante guerras, os economistas neoclássicos alertam para os riscos associados ao aumento dos gastos públicos, como a inflação, a distorção dos incentivos econômicos e o aumento da dívida pública (Drumond; de Jesus, 2012).

As teorias neoclássicas sugerem que, embora os gastos militares possam ter um impacto positivo em curto prazo, os efeitos de longo prazo são frequentemente negativos. O desvio de recursos de setores produtivos para o esforço de guerra pode resultar em uma menor acumulação de capital e em uma redução da eficiência econômica. Além disso, a dependência de financiamento deficitário pode levar a pressões inflacionárias e a uma maior carga fiscal no futuro, comprometendo o crescimento econômico sustentável.

A interação entre as abordagens keynesianas e neoclássicas é particularmente relevante na análise das economias de guerra. Enquanto os keynesianos destacam

os benefícios dos gastos públicos para sustentar a demanda e promover a recuperação econômica, os neoclássicos apontam para os custos de oportunidade e os efeitos adversos de longo prazo (Santos et al., 2018). Esta tensão entre políticas de curto e longo prazo reflete as complexidades envolvidas na gestão econômica durante conflitos armados.

A Segunda Guerra Mundial é um exemplo clássico onde as políticas keynesianas foram aplicadas com sucesso. Os Estados Unidos, sob a liderança de Franklin D. Roosevelt, implementaram massivos programas de gastos públicos para sustentar o esforço de guerra. Esses investimentos não apenas garantiram a vitória militar, mas também catalisaram uma recuperação econômica significativa, marcando o fim da Grande Depressão.

No entanto, os críticos neoclássicos argumentam que o crescimento econômico pós-guerra foi, em parte, prejudicado pelos elevados níveis de dívida pública acumulados durante o conflito (Santos et al., 2018). Em contraste, as políticas neoclássicas têm encontrado aplicação em contextos onde a estabilidade macroeconômica e o controle da inflação são prioritários. Durante a Guerra Fria, por exemplo, muitos países adotaram políticas de contenção fiscal e monetária para evitar as distorções econômicas associadas a gastos militares excessivos.

A experiência mostrou que, embora essas políticas possam limitar os benefícios de curto prazo dos gastos públicos, elas ajudam a manter a saúde fiscal e a promover um crescimento econômico mais equilibrado em longo prazo. A diferença fundamental entre as abordagens keynesianas e neoclássicas reside na visão sobre o papel do governo na economia. Enquanto os keynesianos veem o Estado como um agente essencial para corrigir as falhas do mercado e garantir a estabilidade econômica, os neoclássicos defendem a minimização da intervenção governamental para permitir que os mercados funcionem de forma mais eficiente (Pereira, 2019).

Esta dicotomia se reflete nas políticas adotadas durante e após os períodos de guerra, influenciando as estratégias de reconstrução e desenvolvimento econômico. A análise empírica dos resultados das políticas keynesianas e neoclássicas durante conflitos armados sugere que ambas as abordagens têm seus méritos e limitações. O sucesso das políticas keynesianas em promover a recuperação econômica depende da capacidade do governo de gerir eficazmente os gastos públicos e evitar a inflação excessiva.

Por outro lado, as políticas neoclássicas são mais eficazes em preservar a

estabilidade macroeconômica e fomentar um ambiente propício ao investimento privado e ao crescimento sustentável. A escolha entre as abordagens keynesianas e neoclássicas durante períodos de guerra depende do contexto específico e dos objetivos econômicos e políticos de cada país.

A complexidade das economias modernas exige uma abordagem flexível e adaptativa, que combine elementos de ambas as escolas de pensamento para enfrentar os desafios multifacetados impostos pelos conflitos armados (Amorim, 2002). A integração das lições de Keynes e dos princípios neoclássicos pode oferecer um caminho equilibrado para a gestão econômica em tempos de guerra e na fase de reconstrução que se segue.

CAPÍTULO 2: O IMPACTO ECONÔMICO DAS GUERRAS GLOBAIS DO SÉCULO XX: EFEITOS NOS CUSTOS FINANCEIROS E NAS MUDANÇAS NAS POLÍTICAS ECONÔMICAS DAS POTÊNCIAS ENVOLVIDAS

Este capítulo tem como objetivo analisar as transformações econômicas geradas pelos grandes conflitos globais ocorridos no século XX, com foco nos custos financeiros envolvidos e nas mudanças nas políticas econômicas adotadas pelos Estados. Inicialmente, a discussão parte do contexto histórico dos imperialismos europeus do final do século XIX e início do século XX (2.1), período em que as potências europeias estabeleceram uma preeminência econômica e militar (2.2) que contribuiu para a intensificação das rivalidades geopolíticas.

Essas rivalidades culminaram em conflitos de larga escala que redefiniram a ordem econômica mundial. O impacto econômico direto dessas guerras, abordado na subseção 2.3, será explorado com base na devastação provocada nos países envolvidos, na interrupção de fluxos comerciais e na necessidade de mobilização massiva de recursos financeiros. Seguindo essa linha, o capítulo examina os custos financeiros dos dois grandes conflitos globais, a Primeira e a Segunda Guerra Mundial (2.4), destacando os gastos bélicos, os danos materiais e as consequências econômicas imediatas para as nações beligerantes.

Por fim, a subseção 2.5 aborda como esses conflitos geraram mudanças profundas nas políticas econômicas das potências envolvidas. Essas mudanças incluem o aumento do endividamento público, a implementação de políticas de reconstrução econômica e a adoção de novas estratégias de crescimento, como o Plano Marshall. O capítulo, portanto, oferece uma visão detalhada dos efeitos econômicos das guerras globais do século XX, buscando entender como os altos custos financeiros e as demandas de reconstrução moldaram as políticas econômicas das grandes potências durante e após esses conflitos.

2.1 EXPANSÃO IMPERIALISTA EUROPEIA ENTRE O FINAL DO SÉCULO XIX E O INÍCIO DO SÉCULO XX

No final do século XIX, o cenário mundial e as relações internacionais estavam em um momento de transição, enquanto a Europa Ocidental continuava a reafirmar

sua hegemonia sobre praticamente todas as regiões integradas à economia global. A busca por ampliar esse domínio territorial, muitas vezes impulsionada mais pelo desejo de prestígio do que por uma análise econômica detalhada, resultou em novas aventuras coloniais (NASCIMENTO, 2022).

Alguns estudiosos, inclusive, afirmam que a colonização moderna foi, em grande parte, um negócio desvantajoso para as potências imperialistas, como destacado por Marseille em 1984. Esse processo de expansão teve suas raízes nas grandes navegações dos séculos anteriores, quando os primeiros Estados-nação da era moderna começaram suas jornadas expansionistas. No entanto, um novo ímpeto foi dado a essa expansão com a Conferência de Berlim, realizada em 1884 (NASCIMENTO, 2022).

Durante este evento, potências coloniais estabeleceram regras para dividir e ocupar os territórios africanos, que ainda permaneciam fora do controle europeu. Ao mesmo tempo, a Europa estava consolidando seus próprios Estados, com a ascensão de novas potências econômicas e militares que redefiniram o equilíbrio de poder no continente. A unificação da Alemanha, ocorrida após conflitos com a Áustria e a França, e a formação do Estado italiano em torno da mesma época, criaram o que os historiadores chamam de "sistema europeu de balanço de poder" (CARDOSO, 2019).

Durante o período de Bismarck, até 1890, as relações internacionais no continente eram majoritariamente internas, focadas em disputas entre os países europeus. No entanto, com a queda de Bismarck, surgiu uma nova era de diplomacia, marcada por um equilíbrio de poder entre blocos rivais. Com o impasse nas questões internas da Europa e a crescente pressão econômica, o foco das grandes potências se voltou para a expansão ultramarina, fenômeno que ficou conhecido como imperialismo (CARDOSO, 2019).

A partir daí, as energias e interesses das potências foram direcionados a questões que envolviam regiões distantes. Nessa perspectiva, salienta-se que a ordem internacional, por muito tempo, foi determinada pelas disputas entre as potências europeias, mas, nos últimos anos do século XIX, o imperialismo atingiu novos níveis de competição e risco. A entrada de novas potências como a Alemanha, Bélgica e Itália, disputando territórios com os antigos colonizadores, deu início à chamada "corrida pela África" (SILVA, 2024).

Nos últimos anos do século, os Estados Unidos também se juntaram a essa corrida imperialista ao assumir o controle de grandes partes do império espanhol,

incluindo as Filipinas e o Caribe. Se o foco das rivalidades internacionais tivesse permanecido exclusivamente na Europa, o Reino Unido poderia ter exercido um papel de mediador entre os blocos rivais. No entanto, com a ampliação das disputas para territórios globais, o vasto império colonial britânico foi desafiado por outras potências europeias, que questionavam seu domínio (SILVA, 2024).

Os problemas imperiais daquele período estavam mais relacionados à conquista e domínio de territórios africanos e asiáticos do que à América Latina, que já estava organizada em Estados nacionais e era principalmente fornecedora de matérias-primas para a Europa e os Estados Unidos. A Grã-Bretanha, que naquela época dominava quase metade do globo, continuava sua expansão, sobretudo na África e na Ásia, utilizando-se de seu poder militar e da supremacia econômica que havia conquistado com a Revolução Industrial no século anterior (RIBEIRO, 2019).

No entanto, os outros países europeus acreditavam, erroneamente, que a grandeza britânica estava diretamente ligada às suas colônias. Embora seus maiores parceiros comerciais fossem os outros países avançados, as demais potências se lançaram na busca por territórios, e até os socialistas franceses abraçaram o colonialismo. Assim, quase todo o planeta, exceto a América Latina, foi repartido entre as potências europeias, seja em forma de colônias diretas, áreas de influência ou regiões onde os consulados europeus exerciam grande poder (RIBEIRO, 2019).

Diante desse cenário, a Tabela 1 mostra a distribuição dos impérios sobre os territórios e populações globais em 1914, destacando a supremacia do Império Britânico e do Império Colonial Francês, que controlavam a maior parte dos novos territórios colonizados após a era de expansão iniciada por Portugal e Espanha.

TABELA 1 – DISTRIBUIÇÃO DOS IMPÉRIOS E POPULAÇÕES EM 1914

Domínios coloniais e semicoloniais em 1914				
Estatuto do território	Território		População	
	milhões km ²	% do mundo	milhões hab.	% do mundo
Colônias	75	55,3	568	33,7
Reino Unido	34	25,1	394	23,4
França	11	8,1	51	3,0
Alemanha, EUA, Japão	3	2,2	45	2,7
Outras colônias	27	19,9	78	4,6
Países semicoloniais	28	20,7	362	21,5
Total	103	76,0	930	55,2

Fonte: Gauthier (1995: 32), com base em: Droz, Bernard; Rowley, Anthony. (1986) *Histoire générale du XXe siècle*. Paris: Seuil.I: *Déclins européens*.

No final do século XIX, tanto a Ásia quanto a África estavam amplamente dominadas pelas potências coloniais europeias. A Ásia tinha cerca de 56% de seu território sob controle estrangeiro, enquanto a África estava ainda mais ocupada, com aproximadamente 90% de sua área sob domínio, principalmente por britânicos e franceses, além de outras áreas controladas por Portugal, Espanha e Bélgica (ALMEIDA, 2015).

Essa vasta ocupação não só garantiu uma expansão territorial, mas também reforçou o poder econômico e militar das grandes nações, incluindo novos competidores emergentes, como Alemanha e Japão. Nesse período, a Alemanha já começava a rivalizar com a Grã-Bretanha na economia e na indústria, enquanto, no final do século, os Estados Unidos se consolidavam como a principal potência econômica emergente (RIBEIRO, 2019).

Vale notar que tanto Alemanha quanto Estados Unidos adotavam políticas comerciais mais protecionistas, em contraste com o liberalismo britânico, que só retomou o protecionismo após a Primeira Guerra Mundial, em resposta aos ciclos depressivos globais. Jules Ferry, importante figura do expansionismo colonial francês, via a expansão de seu país como uma necessidade econômica, dado que Alemanha e Estados Unidos adotavam políticas protecionistas, limitando os mercados para as exportações francesas (RIBEIRO, 2019).

Para além da justificativa econômica, ele também defendia o colonialismo como parte de uma missão civilizadora, inclusive no combate ao tráfico de escravos, que ainda existia em algumas regiões na segunda metade do século XIX. Para muitas potências europeias, a posse de colônias era também uma questão de prestígio e orgulho nacional. Tanto a Alemanha quanto a Itália, que aderiram tardiamente ao colonialismo, se esforçaram para conquistar territórios africanos ainda não ocupados pelos europeus (FOLETTTO, 2016).

Um exemplo notável foi a derrota da Itália para a Etiópia, um país africano já organizado e com um governo centralizado, que impôs uma humilhante derrota aos italianos. A Conferência de Berlim, realizada em 1884, buscou estabelecer diretrizes para a divisão do continente africano entre as potências coloniais. A partir dessa conferência, ficou acordado que qualquer nação europeia que ocupasse uma área costeira teria o direito de expandir seu domínio até o interior, desde que não encontrasse a área de influência de outra potência europeia (FOLETTTO, 2016).

Essa expansão colonial exigia enormes recursos financeiros e militares, que as

potências europeias mais antigas já tinham acumulado e que os novos competidores, como Alemanha, Itália e Japão, estavam começando a desenvolver. No entanto, as ambições alemãs de construir um império ultramarino foram interrompidas com a derrota na Primeira Guerra Mundial. Suas colônias foram distribuídas pela Liga das Nações e administradas por outras potências, como Grã-Bretanha, França e Bélgica, que assumiram o controle de regiões como Ruanda e Burundi (MACHADO, 2017).

Do ponto de vista ideológico, a ideia de uma missão civilizadora imperial era amplamente aceita pelos líderes políticos das nações mais avançadas, que acreditavam ser seu dever levar as ideias e valores europeus às regiões mais remotas da África e da Ásia. Essa perspectiva ficou famosa na obra do poeta britânico Rudyard Kipling, que popularizou o conceito de "o fardo do homem branco", justificando a colonização como uma missão nobre (MACHADO, 2017).

Entretanto, as tensões entre os diferentes imperialismos foram crescendo, culminando em um conflito entre potências rivais. Segundo o historiador Arno Mayer, as nações centrais da Europa, que eventualmente precipitaram o continente na Primeira Guerra Mundial, agiam de maneira semelhante ao Antigo Regime, mais preocupadas com questões de prestígio e honra do que com as lógicas industriais capitalistas que os marxistas sugeriam (MARTÍNEZ, 2015).

Nos Estados Unidos, o conceito de "destino manifesto" impulsionou a expansão territorial e a intervenção em questões internacionais, como demonstrado pelas ações militares sob o comando de Theodore Roosevelt, que lutou contra a Espanha em Cuba. Após se tornar presidente, Roosevelt também formulou o chamado corolário Roosevelt, uma extensão agressiva da Doutrina Monroe, que defendia a intervenção americana nas Américas para evitar influências europeias (MARTÍNEZ, 2015).

O nacionalismo, que foi uma força poderosa na construção das identidades nacionais na Europa no século XIX, aliou-se ao imperialismo e tornou-se um dos motores dos grandes conflitos mundiais. Esses conflitos acabaram enfraquecendo a hegemonia europeia sobre os assuntos globais, abrindo caminho para os movimentos anticolonialistas que, na segunda metade do século XX, derrubariam completamente o domínio europeu sobre as colônias (COSTA, 2023).

Antes da Primeira Guerra Mundial, a Europa mantinha um equilíbrio de poder entre duas coalizões equivalentes em termos de força econômica e militar: as nações aliadas e os impérios centrais. No entanto, esse equilíbrio foi profundamente alterado com o fim do conflito, que marcou a ascensão de uma nova grande potência global:

os Estados Unidos. Mesmo a Grã-Bretanha, vitoriosa na guerra, teve de enfrentar a realidade de que os EUA haviam emergido como uma superpotência, com influência sem precedentes sobre as finanças e a segurança global (COSTA, 2023).

Os EUA tornaram-se uma nova espécie de "super Estado", com poder de veto sobre as principais decisões globais. Ao término da Primeira Guerra Mundial, começou a emergir o que seria conhecido como a Pax Americana, conceito que prevaleceria ao longo do século XX e que ainda influencia a ordem global contemporânea. Esse período coincidiu com a visão do presidente Woodrow Wilson, que pregava o direito dos povos à autodeterminação e a necessidade de garantir um mundo seguro para a democracia (COSTA, 2023).

Foi nesse contexto que os Estados Unidos deram os primeiros passos rumo à hegemonia global, defendendo uma ideologia internacionalista baseada na paz, no progresso e, inevitavelmente, nos interesses econômicos e comerciais. Esta fase, como outras ao longo da história, foi marcada pela primazia do poder, onde a força, especialmente a financeira, passou a definir o que era considerado legítimo (JACQUES, 2024).

O novo cenário internacional deixou de ser dominado exclusivamente pelo antigo equilíbrio de potências europeias, que havia prevalecido entre 1890 e 1918. Em vez disso, surgiu uma nova configuração, simbolizada pela Conferência Naval de Washington, realizada em novembro de 1921 na capital do recém-emergente império americano. A conferência resultou numa fórmula de repartição de poder naval representada pelos números 10:10:6:3:3 (ALMEIDA, 2015).

Esses valores definiam o número teórico de embarcações militares que cada uma das principais potências poderia manter: dez unidades para os Estados Unidos e o Reino Unido, seis para o Japão, que havia se consolidado como uma força no Pacífico, e três para as potências menores, França e Itália. Curiosamente, os Estados Unidos, naquele momento, nem possuíam navios suficientes para preencher sua própria cota estabelecida, mas os números serviam como um indicativo do potencial que o país poderia alcançar futuramente (JACQUES, 2024).

Alemanha e Rússia não foram incluídas na conferência. A Alemanha, por ter sido derrotada e considerada um perigo a ser contido, e a Rússia, que havia se transformado em um Estado pária após a revolução bolchevique, sendo isolada por um cordão sanitário que visava evitar a propagação de sua ideologia revolucionária entre os países capitalistas. Esse novo equilíbrio de poder, desenhado a partir da

conferência de Washington, foi um marco na transição para uma ordem global.

Nessa ocasião, os Estados Unidos assumiriam um papel central, moldando a política internacional com base em seus interesses estratégicos e econômicos.

2.2 A SUPREMACIA ECONÔMICA E MILITAR DA EUROPA NO FINAL DO SÉCULO XIX

No período moderno, o domínio global exercido pelos países europeus sobre as demais regiões foi amplamente fundamentado nos progressos obtidos nos campos da ciência e da tecnologia, com foco especial em inovações aplicadas aos meios de conquista e controle militar. O cenário político do continente, a partir do fim do Império Romano, propiciou diversas oportunidades para o aprimoramento das técnicas bélicas (AGUIAR, 2023).

Os líderes locais e os aspirantes ao poder regional frequentemente se engajavam em conflitos com adversários políticos, o que exigia uma qualificação cada vez mais avançada na arte da guerra. Ademais, a Europa medieval e moderna, caracterizada por uma multiplicidade de povos, religiões e soberanias, tornou-se palco de confrontos constantes entre Estados rivais, desde o surgimento dos Estados-nação até os impérios militarizados da era contemporânea (AGUIAR, 2023).

Durante o período das monarquias absolutas e, em certo sentido, até as guerras de movimento com grandes deslocamentos de tropas típicos da era napoleônica, os conflitos ainda eram, em grande parte, localizados e limitados. Exércitos não permanentes eram convocados esporadicamente, e o poder de destruição, comparado ao de épocas posteriores, era moderado, com combates focados em fortificações e tropas inimigas (AGUILAR, 2012).

Com o surgimento do nacionalismo e da obrigatoriedade do serviço militar, os conflitos ganharam uma nova dimensão, e o grau de destruição aumentou consideravelmente. Bancos, que já financiavam soberanos em guerras anteriores, passaram a apoiar ainda mais esses empreendimentos custosos, com muitos acumulando grandes fortunas ao fornecer recursos financeiros para operações militares (FELÍCIO JUNIOR; FIGUEIRA, 2022).

Assim, as finanças dos Estados se reorganizaram à medida que as dívidas públicas cresceram além da capacidade de arrecadação dos impostos da época. As consequências imediatas da guerra eram o aumento de tributos e o crescimento da

dívida pública, acompanhados inevitavelmente por surtos inflacionários. Após o término das guerras napoleônicas, a Europa experimentou um longo período de relativa paz, com exceção de alguns conflitos pontuais, como a Guerra da Crimeia e os embates localizados nos Bálcãs (FELÍCIO JUNIOR; FIGUEIRA, 2022).

No entanto, com os processos de unificação da Alemanha e da Itália no final do século XIX, as atenções das grandes potências se voltaram cada vez mais para territórios distantes, na África e na Ásia. A partir daí, o uso da força militar para conquistas e colonizações se intensificou, como visto nas guerras do ópio contra a China e em intervenções como a na Venezuela no início do século XX, motivadas por questões de dívida (AGUILAR, 2012).

Essas ações demonstravam o quanto a coerção militar complementava a diplomacia de força dos Estados europeus, que, cientes de seu poder, impunham sua vontade sobre nações mais fracas. Esse modelo de imperialismo europeu, sustentado pelo militarismo, logo influenciaria o novo poder emergente no cenário mundial: os Estados Unidos.

2.3 AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS GERADAS PELAS GUERRAS MUNDIAIS NO SÉCULO XX

No final do século XIX e início do século XX, os gastos com defesa e equipamentos militares passaram a ocupar um espaço central nos orçamentos nacionais das principais potências globais. Conforme explica um historiador, a partir de 1870, o serviço militar obrigatório foi implementado em quase todo o continente europeu, motivado pelas vitórias decisivas da Alemanha sobre a Áustria, em 1866, e sobre a França, em 1870 (AGUILAR, 2012).

Numa rápida sequência, países como Áustria (1868), França (1872), Japão (1873), Rússia (1874) e Itália (1875) seguiram o exemplo e adotaram o alistamento universal. Por volta de 1900, esse sistema estava estabelecido em quase todas as grandes potências, exceto na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. Esses esforços militares, evidentemente, tiveram um impacto significativo nos orçamentos nacionais, refletindo o aumento das despesas com defesa por habitante (AGUILAR, 2012).

Entre 1890 e 1914, os gastos per capita com as forças armadas mais que dobraram em quase todas as potências europeias. A Alemanha, por exemplo, mais do que triplicou seus investimentos militares, num esforço claro para alcançar o

poderio do Império Britânico, como demonstrado na tabela abaixo (NASCIMENTO, 2022).

Os valores ajustados para 2013 (\$\$), corrigidos pelo PIB per capita, mostram que as três grandes potências europeias (Grã-Bretanha, Alemanha e França) gastavam o dobro ou o triplo do que outras nações que também se envolveram na Primeira Guerra Mundial. É importante observar que, um século atrás, a renda per capita desses países era muito inferior aos níveis que seriam alcançados posteriormente, tanto em termos de renda quanto de despesas militares.

Assim, a Tabela 2 apresenta os gastos militares per capita dos principais países entre 1870 e 1914, com os valores corrigidos para 2013:

TABELA 2 – EVOLUÇÃO DOS GASTOS MILITARES PER CAPITA DOS PRINCIPAIS PAÍSES (1870-1914)

Valores <i>per capita</i> dos gastos militares (inclusive navais), 1870-1914 (em dólares correntes, \$, e em dólares de 2013, \$\$, corrigidos pelo PIB nominal <i>per capita</i>)						
	1870		1890		1914	
	\$	\$\$	\$	\$\$	\$	\$\$
Império britânico	3,74	1.010	4,03	885	8,53	1.220
Alemanha	1,33	360	2,95	647	8,52	1.210
França	3,03	820	4,87	897	7,33	1.050
Áustria-Hungria	1,16	314	1,56	342	3,48	496
Rússia	1,34	363	1,32	290	2,58	368
Itália	1,44	390	2,63	577	3,81	543
Estados Unidos	1,98	536	1,06	233	3,20	456

Fonte: Hale (1971: 22), com base em Wright, Quincy. (1942) *A Study of War*. 2 vols., Chicago, I: 670-71.

Fonte: Almeida (2015, p. 20)

Esses aumentos nos orçamentos militares prepararam o terreno para o cenário bélico que viria a seguir. Cálculos mais detalhados sobre os gastos realizados pelas grandes potências foram conduzidos por Adam Tooze (2014), professor e historiador especializado em economia. Ele forneceu uma análise precisa da escalada dos investimentos militares, especialmente antes da Segunda Guerra Mundial, apontando que as potências militaristas, como Japão, Alemanha nazista e União Soviética, aumentaram exponencialmente seus gastos, ultrapassando qualquer comparação com o período anterior à Primeira Guerra.

Tooze (2014) argumenta que o rearmamento na década de 1930, realizado por essas nações, foi sem precedentes. Em 1938, a Alemanha nazista estava gastando cinco vezes mais em armamentos do que a Alemanha imperial havia investido em sua disputa naval com a Grã-Bretanha nos anos anteriores à Primeira Guerra. Além disso,

o PIB alemão sob Hitler em 1939 era 60 vezes maior que o do Kaiser, e os recursos destinados à Wehrmacht no final da década de 1930 eram sete vezes maiores do que os valores investidos pelos militares alemães em 1913.

A Tabela 3, baseada nos cálculos de Tooze (2014), compara os gastos militares antes da Primeira e Segunda Guerras Mundiais em termos de porcentagem do PIB, bem como o nível absoluto dos gastos em relação aos níveis de 1918:

TABELA 3 – COMPARAÇÃO DOS GASTOS MILITARES ANTES DA PRIMEIRA E SEGUNDA GUERRAS MUNDIAIS

Despesas militares antes da Grande Guerra comparadas com os anos 1930							
Países Beligerantes	Antes da I GM		Antes da II Guerra Mundial				
	1870- 1913	1913	1930	1932	1934	1936	1938
Gastos militares como % PIB							
Potências liberais, defensoras do status quo							
Estados Unidos	0,7	0,9	0,9	1,4	1,1	1,4	1,4
França	3,0	4,2	4,6	4,9	4,8	5,9	6,8
Grã-Bretanha	2,6	3,0	2,5	2,4	2,5	3,5	6,3
Média ponderada	1,7	2,0	1,8	3,1	3,5	4,4	9,4
Potências militaristas, desafiadoras do status quo							
Japão	5,05	5,0	5,0	5,2	5,6	5,6	25,0
Rússia/URSS	3,9	4,2	2,3	5,2	5,4	7,8	10,7
Alemanha	2,6	3,3	0,9	1,1	4,7	10,5	14,6
Média ponderada	3,5	3,9	4,1	5,3	10,3	14,6	19,6
Nível absoluto dos gastos militares relativamente ao nível de 1918 (= 100)							
Potências liberais, defensoras do status quo							
Estados Unidos	50	100	117	240	197	240	259
França	58	100	55	144	149	182	225
Grã-Bretanha	72	100	84	101	109	155	290
Média ponderada	61	100	110	153	146	187	259
Potências militaristas, desafiadoras do status quo							
Japão	72	100	119	229	258	275	1.308
Rússia/URSS	61	100	62	304	220	324	472
Alemanha	53	100	27	42	191	459	698
Média ponderada	60	100	59	194	216	366	697

Fonte: Tooze (2014: 514).

Fonte: Almeida (2015, p. 22)

A partir dessas tabelas e das suas conseqüentes análises, torna-se evidente que a escalada nos investimentos militares foi um dos fatores mais críticos na preparação para os grandes conflitos mundiais do século XX. O enorme aumento nas despesas militares, mesmo antes de qualquer conflito direto, reflete a intensidade da corrida armamentista e o papel central que os militares desempenharam na política e economia das grandes potências desse período.

2.4 O PESO FINANCEIRO DAS GUERRAS MUNDIAIS NO SÉCULO XX

Ao longo do tempo, os orçamentos militares das grandes potências variavam de acordo com a percepção de crises iminentes ou a expectativa de conflitos. No entanto, quando a guerra realmente se instaurava, era praticamente impossível

financiá-la somente com os recursos orçamentários normais. Nesses momentos, os governos recorriam a medidas extraordinárias, como empréstimos compulsórios, emissões de títulos patrióticos e, em alguns casos, a inflação (JACQUES, 2024).

O verdadeiro custo da guerra não se limitava apenas aos gastos militares diretos no campo de batalha, mas incluía o impacto total sobre a economia e a sociedade. Antes do século XX, nenhum conflito havia causado tanto dano econômico quanto a Primeira Guerra Mundial. De acordo com um especialista na obra dos dois maiores economistas do século XX, a disputa central entre a Alemanha e a Áustria contra os Aliados — incluindo a Grã-Bretanha, França, Rússia e, posteriormente, os Estados Unidos — estava essencialmente focada no controle de territórios e no comércio global (JACQUES, 2024).

O impacto econômico das guerras foi revolucionário. Antes da Primeira Guerra, a participação dos Estados na economia era relativamente baixa, geralmente abaixo de 15% do PIB. Contudo, a guerra mudou drasticamente esse cenário, transformando a produção econômica para atender às demandas militares. Isso levou a um redirecionamento da produção de bens de consumo para a fabricação de armas, munições e equipamentos. Contudo, os custos das duas grandes guerras mundiais do século XX dispararam, representando uma parcela significativa dos PIBs dos países envolvidos (MARTÍNEZ, 2015).

Na Primeira Guerra Mundial, por exemplo, os gastos da Alemanha em 1917 já representavam aproximadamente um terço de sua produção nacional. Durante a Segunda Guerra, esses números cresceram ainda mais, com países como Japão e Alemanha gastando até dois terços de seu PIB em esforço militar, enquanto a União Soviética chegou a dedicar três quartos de sua economia às despesas de guerra em 1943 (MARTÍNEZ, 2015). Desse modo, a Tabela 4 demonstra como essas despesas militares variaram em porcentagem do PIB durante as duas guerras mundiais, consolidando os dados de diversas fontes.

TABELA 4 – PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS MILITARES NO PIB DURANTE AS GUERRAS MUNDIAIS

Despesas militares em % do PIB 1ª. Guerra Mundial			
	Grã-Bretanha	Alemanha	EUA
1913	4	-	1
1914	9	14	1
1915	34	41	1
1916	38	35	1
1917	38	33	6
1918	32	32	13
1919	13	-	9
1920	4	-	3

Fonte: Feinstein-Temin-Toniolo (2008: 22).

Despesas militares em % do PIB 2ª. Guerra Mundial					
	G.B.	EUA	URSS	Alemanha	Japão
1938	7	-	9 *	17	-
1939	16	2	-	25	-
1940	49	2	21	44	17
1941	55	12	-	56	25
1942	54	34	75	69	36
1943	57	44	76	76	47
1944	56	45	69	-	64
1945	47	38	-	-	-
1946	19	10	-	-	-
1947	11	5	-	-	-
1948	8	5	18	-	-
1949	8	6	17	-	-

Fonte: Feinstein-Temin-Toniolo (2008: 22); * = 1937.

Fonte: Almeida (2015, p. 23)

Durante a Segunda Guerra Mundial, a União Soviética foi amplamente beneficiada com uma quantidade significativa de suprimentos militares e outros recursos essenciais, enviados pelos aliados ocidentais, principalmente pelos Estados Unidos. Esses aportes desempenharam um papel crucial durante o ponto mais crítico da ofensiva nazista. A guerra não impactou apenas os campos de batalha; seu efeito econômico foi profundo, com o controle direto de fontes de insumos e matérias-primas vitais para o esforço de guerra, além de uma rígida administração das finanças e do comércio (COSTA, 2023).

Normalmente, a interrupção das transações comerciais e financeiras teria levado ao colapso das operações militares em alguns meses, uma vez que os bancos ficariam sem recursos e os estoques de material bélico se esgotariam. Contudo, essa catástrofe foi evitada graças à intervenção massiva dos governos. Os bancos centrais assumiram o controle dos mercados de capitais em cidades estratégicas como Nova York, Londres, Paris e Berlim (COSTA, 2023).

As importações e exportações passaram a ser rigidamente reguladas, e recursos como alimentos e matérias-primas foram racionados. Longe de enfraquecer

os combates, a mobilização industrial e as inovações tecnológicas impulsionaram ainda mais o conflito (TOOZE, 2014).

A aviação, os tanques e a artilharia pesada foram elementos decisivos para a vitória dos Aliados sobre a Alemanha. A indústria alemã não conseguia competir com o aparato de guerra das potências combinadas, incluindo Grã-Bretanha, França e Estados Unidos. Ao final da Primeira Guerra, o governo britânico chegou a controlar diretamente mais de 200 fábricas para sustentar o esforço de guerra (MACHADO, 2017).

Embora esse nível de controle tenha sido revertido após o conflito, a Segunda Guerra Mundial resultou na nacionalização de várias indústrias estratégicas, especialmente as automobilísticas, alinhando-se com as novas ideologias social-democráticas e as políticas keynesianas de controle estatal. A Primeira Guerra Mundial, como ficou conhecida pelos historiadores entre os dois conflitos, trouxe uma devastação sem precedentes para todas as gerações envolvidas (FOLETTTO, 2016).

Mais de 10 milhões de soldados perderam suas vidas, enquanto mais de 3 milhões ficaram feridos ou incapacitados. As baixas civis também foram imensas, com mais de 10 milhões de mortos devido a bombardeios, fome, epidemias e massacres (ALMEIDA, 2015). A destruição se espalhou pelas cidades, fábricas, pontes e redes ferroviárias, além da desorganização das indústrias e da economia agrícola (FOLETTTO, 2016).

O custo econômico do conflito foi monumental e difícil de mensurar. No entanto, algumas estimativas sugerem que as perdas econômicas totalizaram cerca de 80,6 bilhões de dólares, o equivalente ao valor de todas as propriedades e ativos da Grã-Bretanha em 1914. Esse montante superava em muito as estimativas iniciais de reparações de guerra impostas à Alemanha pelo Tratado de Versalhes, que foram calculadas com base em metodologias punitivas (RIBEIRO, 2019).

Em relação ao financiamento da guerra, muitos países recorreram à impressão de dinheiro não lastreado. A Grã-Bretanha, por exemplo, utilizou sua vasta rede imperial para monopolizar a produção de ouro das minas sul-africanas, controlando o preço e impondo taxas elevadas para o transporte e o seguro. Outros aliados também buscaram financiamento no mercado de capitais de Nova York, o que aumentou consideravelmente as dívidas nacionais ao final do conflito (RIBEIRO, 2019).

Nesse contexto, a Tabela 5 oferece uma visão geral da situação financeira dos principais países envolvidos na Primeira Guerra Mundial em 1918, destacando a

dívida pública e a riqueza acumulada antes e depois do conflito:

TABELA 5 – MUDANÇA NA HIERARQUIA ECONÔMICA GLOBAL APÓS A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL (1918)

A nova hierarquia do poder financeiro, 1918 (US\$ bilhões)					
	Alemanha	G.B.	França	Itália	EUA
Riqueza total, pré-guerra	75,0	75,0	60,0	20,0	250,0
Renda anual, pré-guerra	10,0	11,0	7,0	3,0	40,0
Dívida pública, pré-guerra	1,2	3,5	6,6	2,9	1,0
Dívida pública, pós-guerra	40,0	40,0	28,0	12,0	23,0
Juros sobre dívida, pós-guerra	2,0	2,0	1,4	0,6	1,0
Renda de impostos	1,9	4,0	1,5	0,9	4,0
Fonte: Tooze (2014: 249).					

Fonte: Almeida (2015, p. 25)

Nesse contexto, observa-se, por meio da Tabela 5, a profundidade das mudanças econômicas causadas pela guerra. Enquanto as dívidas públicas aumentaram drasticamente para quase todas as potências, os Estados Unidos surgiram como a maior economia global, aproveitando-se de uma taxa de poupança muito superior às de outras nações e do crescimento exponencial de sua indústria e exportações durante o conflito.

A Grã-Bretanha, apesar de suas vastas reservas imperiais, viu sua dívida aumentar significativamente, enquanto países como Alemanha e França enfrentaram situações financeiras ainda mais críticas ao final do conflito. Durante a Primeira Guerra Mundial, muitos países recorreram à emissão desenfreada de moeda como forma de financiar os imensos custos gerados pelo conflito.

Esse recurso, inevitavelmente, desencadeou um processo inflacionário que se estendeu muito além do término da guerra, afetando as economias de diversas nações até a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Um exemplo extremo desse cenário foi a Alemanha, onde a inflação alcançou níveis catastróficos. Em 1922, o índice inflacionário do país ultrapassou 14.600%, culminando em um custo de vida astronômico no ano seguinte, com aumentos que atingiram cifras inimagináveis.

O economista Adam Tooze (2014), ao estudar as consequências econômicas da Grande Guerra, detalhou a impressionante escalada nos preços, principalmente no comércio por atacado, em diversas nações. Embora muitos países tenham conseguido moderar, em parte, a inflação ao final da guerra, nenhum deles

experimentou a aceleração inflacionária como a Alemanha. Ao final do conflito, havia cinco vezes mais marcos em circulação do que antes de 1913. Inicialmente, o impacto disso no câmbio foi moderado, com o marco desvalorizando apenas 50% até o final de 1918 (ALMEIDA, 2015).

No entanto, os enormes déficits gerados pela guerra, combinados com os termos punitivos do Tratado de Versalhes e a subsequente cobrança das reparações, colocaram a economia alemã em um caminho de hiperinflação (RIBEIRO, 2019). Todavia, observa-se que, em 1922, o valor de um dólar, que antes comprava 4,2 marcos, chegou a comprar 7.000. E, após a ocupação francesa do Ruhr em 1923, esse número disparou para 160.000 em julho e atingiu um inacreditável 1 milhão no final do mesmo mês (ALMEIDA, 2015).

Ao longo de 1923, a República de Weimar devia ao Reichsbank uma soma impressionante de 190 quinquilhões de marcos, uma quantia que levou o governo a introduzir uma nova moeda, o Rentenmark, para estabilizar a economia, substituindo o marco por uma taxa de 1 Rentenmark para cada trilhão de marcos antigos (ALMEIDA, 2015). Embora outros países não tenham passado por uma crise financeira tão extrema quanto a da Alemanha, toda a primeira metade do século XX foi marcada por uma aceleração anormal dos índices inflacionários, amplamente atribuída aos enormes déficits gerados pelos esforços de guerra (SILVA, 2024).

De acordo com um economista, entre 1913 e 1950, a inflação na França excedeu 13% ao ano, resultando em um aumento de preços equivalente a 100 vezes durante o período. Na Alemanha, a inflação média anual foi de 17%, fazendo com que os preços aumentassem mais de 300 vezes. Em países como Grã-Bretanha e Estados Unidos, que sofreram menos danos e instabilidade política durante as guerras, a inflação foi significativamente mais moderada, em torno de 3% ao ano no mesmo período (PIKETTY, 2014).

A Tabela 6 apresenta os índices inflacionários causados pela Primeira Guerra Mundial em diversos países, com base nos preços por atacado:

TABELA 6 – EFEITOS INFLACIONÁRIOS DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL, 1914-1921

Inflação acarretada pela Grande Guerra, 1914-1921 (Índice de preços por atacado, 1913 = 100)					
	1914	1916	1918	1920	1921
França	102	189	340	510	346
Itália	95	201	409	624	578
Alemanha	106	153	217	1.486	1.911
Grã-Bretanha	99	161	225	283	181
Estados Unidos	97	128	203	197	123
Japão	96	117	196	258	201
Fonte: Tooze (2014: 213-14).					

Fonte: Almeida (2015, p. 27)

A análise apresentada revela de maneira abrangente o impacto econômico das duas Grandes Guerras do século XX sobre as principais potências globais. Tanto a Primeira quanto a Segunda Guerra Mundial provocaram mudanças profundas nos orçamentos nacionais e nas economias, sendo financiadas, em grande parte, por meio de medidas extraordinárias, como emissões de moeda e endividamento público maciço.

As guerras exigiram um redirecionamento da produção industrial, transformando-a de uma economia voltada ao consumo para uma voltada à produção bélica, o que resultou em grandes transformações estruturais. Durante a Primeira Guerra Mundial, os gastos militares atingiram níveis sem precedentes, representando um terço do PIB alemão em 1917. Já na Segunda Guerra, países como Japão, Alemanha e União Soviética dedicaram até dois terços ou mais de seus PIBs ao esforço de guerra (SILVA, 2024).

Esses números demonstram a magnitude das despesas, que acabaram por sobrecarregar as finanças de muitos países. A hiperinflação foi um dos efeitos mais visíveis e devastadores, especialmente na Alemanha, onde o valor do marco foi corroído a um nível sem precedentes, resultando em um ciclo de hiperinflação que destruiu a economia do país. Outras nações também experimentaram inflação severa, embora em menor escala, mas ainda assim os efeitos econômicos das guerras foram sentidos ao longo de décadas (CARDOSO, 2019).

Os efeitos da inflação, como apresentado na Tabela 6, mostram o quanto os

países enfrentaram uma aceleração dos preços ao longo do período da Primeira Guerra Mundial. A Alemanha, novamente, é o exemplo mais dramático, mas nações como França, Itália e até Estados Unidos também enfrentaram aumentos significativos nos preços, o que resultou em grandes desafios econômicos e sociais (CARDOSO, 2019).

Em conclusão, as Guerras Mundiais não apenas reconfiguraram o equilíbrio geopolítico global, mas também transformaram drasticamente a economia mundial, com consequências que reverberaram ao longo de décadas. As medidas de controle estatal sobre a produção e o endividamento massivo criaram novos paradigmas econômicos, enquanto a inflação e a devastação física reestruturaram as finanças e sociedades de muitos países. Esses eventos forneceram as bases para muitas das políticas econômicas e sociais que definiram a ordem mundial nas décadas seguintes.

2.5 TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS MAIS SIGNIFICATIVAS DECORRENTES DOS GRANDES CONFLITOS MUNDIAIS DO SÉCULO XX

A Primeira Guerra Mundial, ocorrida entre 1914 e 1918, trouxe mudanças profundas e duradouras na forma como os governos passaram a interagir com suas economias nacionais. Essa guerra não apenas impactou os fundamentos da economia global, mas também redefiniu as relações entre os Estados e os sistemas econômicos internos de cada país. Antes do conflito, a participação governamental na economia era mínima, representando geralmente menos de 5% do PIB (ALMEIDA, 2015).

No entanto, a necessidade de mobilizar recursos de forma massiva para o esforço de guerra resultou em uma intervenção estatal sem precedentes, que se estendeu a áreas estratégicas, como energia, transportes e comunicações, antes dominadas por empresas privadas. Essa intervenção estatal durante o conflito, conhecida como “socialismo de guerra”, transformou-se em uma característica recorrente das principais economias capitalistas da Europa Ocidental e de outras partes do mundo (AGUILAR, 2012).

Longe de ser revertida no período pós-guerra, essa crescente participação dos governos nas economias nacionais se consolidou, pavimentando o caminho para regimes coletivistas que floresceriam nas décadas subsequentes, especialmente no período entre as duas guerras mundiais (AGUIAR, 2023). Além disso, observa-se que

o conflito provocou grandes deslocamentos de capitais e trabalhadores, o que dificultou um retorno à normalidade econômica após o fim das hostilidades (AGUILAR, 2012).

O ambiente econômico tornou-se mais rígido, e as estruturas financeiras ficaram cada vez mais frágeis, com uma escalada das dívidas governamentais. Os gastos militares, que superavam em cinco vezes o nível das dívidas públicas de 1914, continuaram a pressionar as finanças públicas. Mesmo os aumentos de impostos não foram suficientes para cobrir os custos, levando muitos governos a recorrer à emissão de moeda sem lastro, agravando os desequilíbrios financeiros (AGUIAR, 2023).

Outro importante efeito da guerra foi o colapso do padrão ouro, que até então sustentava o sistema monetário internacional. Embora houvesse tentativas de restaurá-lo após o conflito, esses esforços fracassaram rapidamente, resultando em uma instabilidade econômica global. As conferências de paz realizadas em 1919 e nos anos seguintes não conseguiram reestabelecer a harmonia entre os aliados, e as tensões econômicas entre as nações vencedoras e vencidas começaram a se intensificar (NASCIMENTO, 2022).

O economista John Maynard Keynes, que fez parte da delegação do Tesouro britânico durante as negociações, abandonou a conferência em protesto contra as reparações impostas à Alemanha, que ele considerava economicamente insustentáveis e politicamente desastrosas (NASCIMENTO, 2022). Entretanto, observa-se que esse episódio o levou a escrever seu famoso ensaio sobre as consequências econômicas da paz, que lhe trouxe reconhecimento imediato (FELÍCIO JUNIOR; FIGUEIRA, 2022).

Dessa maneira, a visão de Keynes se mostrou profética, pois, duas décadas mais tarde, o colapso econômico e a instabilidade resultantes das reparações e da crise econômica global contribuíram diretamente para o início da Segunda Guerra Mundial. No entanto, os líderes das nações vencedoras ao final do segundo conflito global, tendo aprendido com os erros cometidos após a Primeira Guerra, adotaram uma abordagem diferente para reconstruir a economia global (FELÍCIO JUNIOR; FIGUEIRA, 2022).

Entre eles, o próprio Keynes desempenhou um papel central como chefe da delegação britânica na Conferência de Bretton Woods, onde ajudou a moldar um novo sistema financeiro internacional que buscava evitar os erros do passado, proporcionando uma base mais estável para a recuperação econômica no pós-guerra.

Apesar da destruição incomensurável causada pela Segunda Guerra, tanto na Europa quanto na Ásia, as lições aprendidas após a Primeira Guerra Mundial permitiram que as potências vitoriosas tomassem decisões mais sensatas na reestruturação das economias globais (FELÍCIO JUNIOR; FIGUEIRA, 2022).

Criou-se, portanto, uma ordem financeira que duraria várias décadas e evitando, até certo ponto, a repetição dos desastres econômicos do início do século. Agora, no século XXI, os conflitos armados continuam a ter efeitos devastadores sobre as economias globais, mas de maneiras que refletem a complexidade do mundo contemporâneo.

Os impactos econômicos dos conflitos armados modernos não se limitam mais a confrontos entre grandes potências globais, mas incluem uma série de conflitos internos, embargos econômicos e redes de cooperação entre blocos de nações emergentes, como o BRICS.

CAPÍTULO 3: OS EFEITOS ECONÔMICOS CONTEMPORÂNEOS DE CONFLITOS ARMADOS: A COOPERAÇÃO ECONÔMICA DOS BRICS, SANÇÕES ECONÔMICAS E OS EMBARGOS SOBRE O PETRÓLEO RUSSO

Este capítulo final trata dos efeitos econômicos contemporâneos dos conflitos armados, abordando três áreas centrais: a fome gerada por conflitos internos, a cooperação econômica entre os países do BRICS e as sanções impostas à Rússia, com foco nos embargos ao petróleo. Esses aspectos refletem as interações entre conflitos, políticas econômicas e o equilíbrio global em um mundo cada vez mais interdependente.

Nos conflitos armados internos, a fome emerge como uma das mais graves consequências. As guerras civis interrompem a produção agrícola e destroem a infraestrutura, afetando o transporte e a distribuição de alimentos. Além disso, os deslocamentos forçados de populações complicam ainda mais o acesso a recursos básicos. Esse tipo de conflito interno gera crises alimentares severas, com milhões de pessoas mergulhadas na insegurança alimentar.

Dessa maneira, destaca-se que o impacto desses conflitos vai além da destruição imediata; ele afeta a economia rural, desarticula mercados locais e enfraquece as comunidades. Discutir a insegurança alimentar nesses cenários envolve analisar os desafios de levar ajuda humanitária a áreas de conflito, onde a logística é comprometida e a assistência externa enfrenta barreiras políticas e de segurança.

Enquanto as guerras internas impactam de maneira direta a população civil, a cooperação econômica entre blocos de países emergentes, como os BRICS, desempenha um papel vital na reorganização da economia global. A África do Sul, como membro do BRICS, tem se beneficiado das relações comerciais e dos investimentos conjuntos com Brasil, Rússia, Índia e China. Essa cooperação não se limita a aspectos comerciais, mas abrange também iniciativas estratégicas em infraestrutura e energia, que têm impulsionado o desenvolvimento regional.

Com o fortalecimento dessas parcerias, a África do Sul e os outros países do BRICS aumentam seu peso no cenário internacional, criando um novo polo de poder econômico que desafia a hegemonia tradicional dos países desenvolvidos. A

expansão dessas relações reforça a interdependência global, ampliando as oportunidades econômicas e solidificando um bloco que se posiciona como alternativa ao domínio das economias ocidentais.

No contexto das sanções impostas à Rússia pela União Europeia, o impacto no comércio global, sobretudo no setor de energia, é significativo. Desde a anexação da Crimeia em 2014 e, posteriormente, com a invasão da Ucrânia em 2022, a Rússia tem sido alvo de uma série de embargos econômicos. O setor de petróleo, que representa uma parcela substancial da economia russa, sofreu com essas sanções, prejudicando o país e causando desequilíbrios nos mercados de energia.

Por outro lado, o embargo sobre o petróleo russo teve repercussões que ultrapassaram as fronteiras da Rússia, afetando diretamente os preços globais de energia e a estabilidade do fornecimento. Com a interrupção de parte do fluxo de petróleo russo, o mercado mundial foi forçado a buscar novas fontes e rotas de fornecimento, aumentando os preços e criando incertezas quanto ao futuro da oferta de energia.

A invasão da Ucrânia e as sanções subsequentes também causaram turbulências nos mercados financeiros globais. A interrupção das cadeias de suprimentos e o bloqueio de rotas comerciais fizeram com que muitos países adotassem medidas emergenciais para lidar com a crise. Além disso, a Rússia, em resposta, começou a redirecionar suas exportações de energia para outros mercados, como China e Índia, na tentativa de mitigar os efeitos econômicos das sanções.

Esses ajustes no mercado global de petróleo e gás, juntamente com as sanções, têm implicações profundas na economia mundial, afetando o crescimento econômico, os investimentos e o comércio internacional. Assim, este capítulo destaca como os conflitos armados contemporâneos, tanto internos quanto internacionais, provocam desequilíbrios econômicos profundos, ao mesmo tempo que refletem a dinâmica das relações econômicas globais.

A fome gerada pelas guerras civis, a expansão das parcerias econômicas do BRICS e os efeitos das sanções sobre a Rússia são exemplos de como os conflitos e a política econômica estão interligados em um mundo globalizado. O impacto desses conflitos vai além da devastação imediata, moldando economias e sociedades inteiras por décadas. Dessa forma, entender essas relações é fundamental para antecipar os desafios econômicos que os conflitos armados continuarão a apresentar no cenário internacional.

3.1 A FOME COMO CONSEQUÊNCIA DIRETA DE CONFLITOS ARMADOS INTERNOS

Os conflitos armados internos, também conhecidos como guerras civis, são confrontos que ocorrem dentro das fronteiras de um único Estado, geralmente envolvendo grupos organizados que se unem em torno de motivações étnicas, ideológicas ou outras identidades coletivas. Conforme Machado (2017), esses conflitos diferem significativamente das guerras tradicionais, nas quais Estados soberanos eram os principais participantes.

As guerras modernas, internas ou externas, não mais se enquadram nas definições clássicas de Clausewitz, onde a guerra era vista como um instrumento político para alcançar a paz. Segundo Machado (2017), esses conflitos são massacres sociais em larga escala, caracterizados por sua natureza difusa e descentralizada. A guerra civil, como um fenômeno contemporâneo, é muitas vezes observada em países do Terceiro Mundo, que conquistaram a independência tardiamente.

Muitos desses Estados herdaram fronteiras coloniais artificiais, onde diferentes etnias e grupos, com históricos de rivalidade, foram obrigados a coabitar, o que gerou tensões profundas. Essas tensões, conforme apontado por Holsti (1996), frequentemente resultam em conflitos armados internos, rebeliões e guerras civis. A formação de Estados nacionais, inspirados em modelos ocidentais, ignorou as complexidades sociais e culturais dessas regiões.

Desse modo, dividiu-se os povos em territórios diferentes ou unindo grupos inimigos sob uma mesma bandeira, dificultando a administração eficaz após a independência. Durante a Guerra Fria, surgiram novos tipos de conflitos internos, que se prolongaram para o século XXI, e diferiram das guerras interestatais do século anterior. Kaldor (2012) ressalta que esses novos conflitos resultaram em uma transformação drástica nas vítimas de guerra.

Kaldor (2012) pontua que enquanto nas guerras tradicionais os soldados compunham a maior parte das baixas, nos conflitos contemporâneos a maioria das vítimas são civis, principalmente mulheres, crianças e minorias. Esses conflitos, embora ocorram dentro de Estados, têm consequências regionais e globais, gerando crises humanitárias e instabilidade que afetam países vizinhos e atraem a atenção de organizações internacionais.

Essas guerras civis são caracterizadas pela falta de frentes definidas, ausência de campanhas militares tradicionais e uma falta de distinção clara entre combatentes e não combatentes. Como descrito por Holsti (1996), as guerras contemporâneas são imprevisíveis, sem estratégias ou táticas bem definidas, e muitas vezes são conduzidas por grupos armados descentralizados, que utilizam a violência contra a população civil como uma ferramenta de controle.

Grupos paramilitares e milícias, em vez de exércitos convencionais, assumem o protagonismo nesses conflitos, com práticas que incluem sequestros, massacres e terrorismo. Esses conflitos também refletem uma mudança no direito internacional. Segundo as Convenções de Genebra, conflitos internos são reconhecidos como uma ameaça à paz e à segurança internacionais, especialmente devido ao aumento da violência contra civis e à destruição de infraestruturas essenciais.

Diante desse cenário, há que se esclarecer que, em sua análise, Brown (1996) define conflitos internos como disputas violentas cuja origem está enraizada em fatores domésticos, como rivalidades políticas, econômicas e sociais, em vez de causas externas. Esses conflitos afetam profundamente os Estados, destruindo instituições e causando crises de refugiados, além de prejudicarem a estabilidade regional e a segurança alimentar.

Kaldor (2012) observa que os conflitos internos contemporâneos, muitas vezes, não têm como objetivo a conquista territorial ou o controle geopolítico, mas sim a busca de poder com base em identidades políticas, étnicas ou religiosas. Esses confrontos envolvem grupos armados que operam de forma descentralizada, utilizando táticas brutais para espalhar o medo e submeter a população civil. A guerra, nesse cenário, se tornou um instrumento para submeter comunidades inteiras, eliminando aqueles que têm valores ou identidades diferentes.

Além disso, as guerras civis frequentemente transcendem as fronteiras dos Estados, com impactos que afetam diretamente os países vizinhos. As migrações em massa, o fluxo de refugiados e as crises humanitárias são algumas das consequências desses conflitos. A insegurança alimentar é uma das mais graves, com secas, destruição de terras agrícolas e deslocamentos populacionais que agravam a escassez de alimentos.

Desse modo, Wallensteen (2007) ressalta que a origem de muitos desses conflitos está diretamente ligada à escassez de recursos, com a disputa por alimentos, terras e outros bens básicos sendo uma das principais causas de violência. Diante

disso, a ação de civis em conflitos internos também é relevante. Como destaca Holsti (1996), os civis não são apenas vítimas, mas também são forçados a atuar como recursos para os grupos armados, fornecendo alimentos, proteção e até novos combatentes.

Os civis, muitas vezes, tornam-se peças-chave para a sobrevivência das facções em guerra, o que aprofunda a violência e prolonga o conflito. Todavia, outro fator importante a ser considerado é a intervenção externa. Mesmo sendo conflitos internos, muitas vezes há apoio externo, com outros países fornecendo armas e recursos aos grupos envolvidos. Brown (1996) aponta que, além dos fatores domésticos, a intervenção de Estados estrangeiros ou organizações internacionais pode intensificar a violência e dificultar a resolução do conflito.

No que diz respeito ao Direito Humanitário Internacional, Cullen (2010) afirma que, para que um conflito seja classificado como armado, é necessário que haja uso significativo da força e que as partes envolvidas sejam organizadas o suficiente para cumprir as normas desse direito. Os conflitos armados internos frequentemente escapam dessas normas, devido à sua descentralização e ao caráter fragmentado dos grupos envolvidos.

Assim, Kofi Annan (2002) destaca a importância da prevenção em conflitos armados internos. Ele argumenta que prevenir esses conflitos é significativamente mais barato e menos doloroso do que lidar com as consequências. No entanto, a prevenção muitas vezes é negligenciada, e o preço a ser pago pelas nações e pelas populações afetadas é imenso. Desse modo, compreende-se que os conflitos armados internos têm origens diversas, desde disputas étnicas até rivalidades políticas, econômicas e sociais.

Nessa perspectiva, Wallensteen (2007) observa, em sua análise, que a escassez de recursos, combinada com as desigualdades e a exclusão social, gera tensões que resultam em guerras civis. Kaldor (2012) também argumenta que as guerras contemporâneas, mais do que nunca, são travadas em nome de identidades coletivas e são motivadas pelo controle da população, em vez de conquistas territoriais ou objetivos geopolíticos.

Esses conflitos, embora ocorram dentro das fronteiras de um Estado, têm ramificações internacionais que afetam a estabilidade regional e global, geram crises humanitárias e causam impactos devastadores na economia e na vida das populações civis. Por tais motivos, entende-se que os conflitos armados internos estão

profundamente ligados à questão da fome, com impactos econômicos devastadores nas regiões afetadas.

Esses conflitos, ao destruírem infraestruturas e interromperem a produção agrícola, criam um cenário de insegurança alimentar, o que agrava a pobreza e intensifica a crise econômica local e regional. A destruição de terras cultiváveis, o deslocamento de populações e a interrupção das cadeias de abastecimento não apenas prejudicam o acesso direto aos alimentos, mas também comprometem a capacidade econômica das comunidades em guerra de se sustentarem.

Em muitas regiões afetadas, a agricultura é a principal atividade econômica, sendo a base de subsistência para a maioria das famílias. Quando as guerras civis se iniciam, a violência impede que os agricultores plantem e colham suas safras, o que gera escassez de alimentos. Como Wallensteen (2007) destaca, a falta de recursos, como alimentos e água, leva diretamente à disputa por esses bens, intensificando a violência.

A destruição de plantações, o saque de fazendas e a ocupação de terras produtivas por grupos armados impedem o abastecimento das cidades e das zonas rurais, agravando a fome. Além disso, os conflitos interrompem o comércio e a distribuição de alimentos. As estradas e os meios de transporte, essenciais para levar os produtos das áreas rurais para os centros urbanos, tornam-se perigosos ou intransitáveis.

Nessa perspectiva, o resultado é um colapso econômico, pois a produção agrícola não chega aos mercados, fazendo os preços dos alimentos dispararem. Essa inflação nos preços, como lembra Holsti (1996), prejudica ainda mais as populações mais pobres, que já estavam vulneráveis antes do início do conflito. A incapacidade de importar alimentos e insumos necessários para a produção agrícola também piora a crise.

Os conflitos armados internos também resultam em um grande número de deslocados internos e refugiados, aumentando ainda mais a demanda por alimentos e outros recursos essenciais em regiões já pressionadas. A crise humanitária que surge como consequência dos conflitos obriga os governos locais e a comunidade internacional a desviarem recursos para a ajuda emergencial, muitas vezes em detrimento de investimentos em longo prazo, como o desenvolvimento econômico e a reestruturação da produção agrícola.

Por tais motivos, frisa-se que a economia de guerra também contribui para a

fome de maneira indireta. À medida que os governos e grupos armados desviam recursos para a compra de armas e o financiamento das operações militares, menos investimentos são feitos em setores essenciais como agricultura, educação e saúde. Isso afeta diretamente o desenvolvimento econômico e a capacidade de recuperação das áreas afetadas.

Além disso, a dependência de grupos armados de civis para fornecimento de alimentos, proteção e outros recursos, como mencionado por Holsti (1996), transforma os civis em ferramentas para sustentar os esforços de guerra, exacerbando a crise alimentar. Todavia, um outro aspecto econômico crucial é o efeito do conflito sobre o mercado de trabalho.

Com o deslocamento de populações e a destruição de infraestruturas produtivas, o desemprego se agrava, o que significa que muitas famílias perdem sua principal fonte de renda, tornando-se incapazes de comprar os alimentos de que necessitam. Esse círculo vicioso de pobreza e fome é uma das consequências mais devastadoras dos conflitos armados internos, e a economia regional pode levar décadas para se recuperar.

Além disso, o fluxo de refugiados e deslocados internos em direção a áreas mais estáveis provoca um impacto econômico significativo sobre os Estados vizinhos, muitas vezes sobrecarregando os sistemas de saúde, educação e infraestrutura, além de criar novos desafios para a segurança alimentar. Os Estados vizinhos, que muitas vezes têm seus próprios problemas econômicos, precisam absorver essas populações em fuga, o que gera pressão adicional sobre os mercados de alimentos e o emprego.

Ademais, os conflitos internos também afetam os mercados internacionais. A produção agrícola de países em guerra, que muitas vezes é exportada, é drasticamente reduzida, o que pode causar instabilidade nos preços de commodities alimentares a nível global. A queda na produção de alimentos em uma região afetada pelo conflito leva a aumentos de preços e escassez em mercados mais amplos, contribuindo para crises alimentares em outras regiões dependentes dessas importações.

A relação entre conflitos armados internos e fome, portanto, não é apenas uma questão de violência direta contra a população civil, mas envolve uma cadeia de fatores econômicos. A destruição de infraestruturas agrícolas, o deslocamento de trabalhadores e a interrupção do comércio comprometem gravemente a economia

local, levando a um ciclo de pobreza e insegurança alimentar que pode durar décadas. Kaldor (2012) menciona que esses conflitos modernos, ao destruírem o tecido social e econômico dos Estados, deixam as populações civis sem apoio, tornando ainda mais difícil a recuperação econômica e social das regiões afetadas.

Em resumo, os conflitos armados internos afetam a fome de diversas maneiras, mas os impactos econômicos são centrais para essa crise. A destruição da infraestrutura produtiva, a interrupção do comércio e o deslocamento da população contribuem diretamente para a falta de alimentos e a inflação dos preços. Além disso, o desvio de recursos para a guerra e a dependência dos civis como fornecedores de insumos para grupos armados agravam ainda mais a fome e perpetuam a crise.

3.1.1 Exame crítico da escassez alimentar em situações de conflitos armados

Quando uma crise grave de fome ou insegurança alimentar se instala, os conflitos armados internos tendem a se agravar, exacerbando disputas por recursos vitais como terra, água e alimentos. Em contextos de extrema insegurança alimentar, a fragilidade econômica e social pode provocar revoltas sociais intensas, colocando em risco a governabilidade e a estabilidade de Estados vulneráveis. Nesse cenário, o conceito de segurança alimentar ganha uma dimensão humanitária, com impacto direto na segurança do Estado.

A incapacidade de garantir alimentos suficientes para a população não apenas compromete o bem-estar da nação, mas também a própria existência do Estado (GUHA-KHASNOBIS et al., 2007). Assim, a relação entre direitos humanos e soberania é uma questão central nas discussões sobre segurança alimentar em situações de conflito. A Teoria Crítica das Relações Internacionais oferece uma perspectiva que desafia a visão tradicional realista de poder e segurança.

Segundo Nogueira e Messari (2005), a Teoria Crítica vai além da segurança militar e política, englobando questões como desigualdade, exclusão social e a centralidade do Estado como ator dominante. A guerra, nesse contexto, não é mais vista como um meio de garantir a paz, mas como uma prática de dominação e controle que exacerba as divisões internas e internacionais. O fracasso do Estado soberano em proporcionar segurança alimentar, especialmente em países com histórico de colonização, muitas vezes se traduz em crises políticas e sociais.

Os conflitos armados, especialmente nos países do Terceiro Mundo, onde a independência foi conquistada tardiamente, refletem essa falha estrutural dos Estados em promover um desenvolvimento equilibrado. De acordo com Holsti (1996), as fronteiras arbitrárias desenhadas pelos colonizadores resultaram em tensões internas que, frequentemente, eclodiram em guerras civis e revoltas. A incapacidade dos governos pós-coloniais de lidar com essas divisões, juntamente com as dificuldades econômicas, resulta em crises de insegurança alimentar que alimentam ainda mais os conflitos.

Durante os conflitos armados internos, a insegurança alimentar não se limita à simples falta de alimentos. A destruição de infraestruturas agrícolas, como terras cultiváveis e sistemas de irrigação, e a desestabilização das cadeias produtivas resultam na diminuição da produção e na alta dos preços dos alimentos, agravando ainda mais a pobreza. Como Wallensteen (2007) aponta, a escassez de recursos leva à intensificação dos conflitos, pois as disputas por terra e alimentos se tornam mais ferozes. A insegurança alimentar, portanto, não é apenas uma consequência do conflito, mas também uma causa que perpetua a violência.

A Teoria Crítica também aborda a questão da distribuição desigual de alimentos, argumentando que a fome global não é um problema de produção insuficiente, mas sim de má distribuição (Thomas, 2008). Mesmo com o aumento da produção global de alimentos, milhões de pessoas continuam a passar fome, principalmente em áreas afetadas por conflitos. Durante as guerras civis, grupos armados frequentemente utilizam os alimentos como arma de guerra, controlando o acesso a recursos essenciais como forma de exercer poder sobre as populações civis.

Guha-Khasnabis et al. (2007) ressaltam que, de acordo com as Convenções de Genebra, privar intencionalmente civis de alimentos durante um conflito é considerado crime de guerra, mas essa prática continua comum em muitos conflitos contemporâneos. A Somália é um exemplo emblemático de como a insegurança alimentar e os conflitos armados se entrelaçam. Desde a queda do governo de Siad Barre em 1991, o país mergulhou em uma guerra civil prolongada, marcada por lutas entre diferentes clãs e milícias.

A guerra, combinada com secas severas e a destruição de infraestruturas agrícolas, levou a uma das crises humanitárias mais graves do mundo, com milhões de somalis enfrentando fome e deslocamento. O grupo extremista Al Shabaab, que controla partes do sul do país, tem utilizado a fome como arma, bloqueando a ajuda

humanitária e usando alimentos como ferramenta de controle populacional (MACHADO, 2017).

A fome, nesses contextos, torna-se tanto uma consequência quanto uma arma dos conflitos armados. Como Teodosijevic (2003) observa, os alimentos podem ser usados para barganhar apoio ou como um método para enfraquecer o inimigo, destruindo as bases de produção agrícola ou impedindo o acesso a alimentos. Isso resulta em uma escalada de insegurança alimentar, onde os civis são os mais prejudicados.

Na Somália, milícias devastaram terras agrícolas, destruíram sistemas de irrigação e impediram que os agricultores produzissem o suficiente para sustentar suas comunidades. Os preços dos alimentos subiram drasticamente, empobrecendo ainda mais as populações rurais e urbanas. Além dos impactos diretos na produção de alimentos, os conflitos armados também têm um efeito devastador sobre a economia como um todo (MACHADO, 2017).

Dessa maneira, salienta-se que a alta nos preços dos alimentos e a redução da oferta interna tornam os países mais vulneráveis às flutuações dos mercados internacionais, intensificando a crise. Assim sendo, os conflitos dificultam a capacidade de exportar produtos agrícolas, o que prejudica ainda mais a economia, reduzindo a receita nacional e aumentando a dependência de importações (MACHADO, 2017).

A ajuda humanitária, que deveria aliviar a fome em zonas de guerra, enfrenta muitos desafios. Em muitas ocasiões, os grupos armados roubam ou interceptam os alimentos destinados à população civil, utilizando-os para alimentar suas próprias forças ou vendendo-os no mercado negro para financiar suas operações. Esse cenário agrava ainda mais a situação dos civis, que continuam sem acesso aos alimentos de que necessitam para sobreviver.

Diante dessa realidade, organizações internacionais como a Cruz Vermelha, Médicos Sem Fronteiras e a Oxfam têm desempenhado um papel fundamental na tentativa de mitigar os efeitos devastadores da insegurança alimentar em áreas de conflito. Essas organizações oferecem ajuda humanitária em forma de alimentos, medicamentos e assistência médica, mas a insegurança constante nas zonas de guerra dificulta o trabalho dessas instituições.

Muitos trabalhadores humanitários enfrentam sequestros, violência e, em alguns casos, são forçados a abandonar áreas inteiras por questões de segurança.

Os esforços internacionais para combater a fome em zonas de conflito são, portanto, limitados pelas dinâmicas dos próprios conflitos. Assim, alimentar as populações famintas durante guerras civis é um desafio enorme, especialmente quando os exércitos e milícias são os últimos a sofrer com a fome.

Frequentemente, eles se apropriam dos recursos destinados aos civis, prolongando o sofrimento da população. Além dos desafios logísticos, os conflitos armados também geram deslocamentos em massa de pessoas, que se refugiam em áreas onde os recursos já são escassos, o que aumenta ainda mais a pressão sobre os alimentos e os serviços básicos (TEODOSIJEVIC, 2003). Esses deslocamentos forçados, juntamente com a destruição das terras produtivas, criam um cenário de colapso social e econômico, dificultando a recuperação pós-conflito.

Em conclusão, a insegurança alimentar em contextos de conflitos armados é uma questão profundamente enraizada nas dinâmicas políticas, sociais e econômicas dos Estados em guerra. As causas da fome, conforme Thomas (2008) aponta, não se limitam à escassez de alimentos, mas estão ligadas à má distribuição e à manipulação política dos recursos. O uso dos alimentos como arma, a destruição de infraestruturas agrícolas e a apropriação de ajuda humanitária por grupos armados perpetuam o ciclo de violência e fome, com impactos devastadores para a população civil.

A solução para esse problema, como argumentam Nogueira e Messari (2005), requer uma abordagem integrada que combine ajuda humanitária eficaz, restauração da economia e uma solução política para os conflitos em curso.

3.2 PARCERIAS ECONÔMICAS E COMERCIAIS ENTRE OS BRICS E A ÁFRICA DO SUL

De acordo com Jacques (2024), a cooperação econômica entre os BRICS e a África do Sul tornou-se um elemento fundamental para o crescimento e desenvolvimento da economia sul-africana. Desde a inclusão da África do Sul no grupo em 2011, a parceria com as principais economias emergentes do mundo – Brasil, Rússia, Índia e China – vem moldando as oportunidades econômicas e comerciais da região.

Em particular, o fortalecimento dos laços bilaterais e multilaterais possibilitou uma expansão significativa das exportações sul-africanas, embora esses fluxos sejam predominantemente de commodities e matérias-primas, enquanto a África do Sul

importa bens manufaturados dos demais membros do BRICS.

Jacques (2024) frisa que a cooperação econômica com o BRICS não só promoveu o comércio, mas também facilitou importantes investimentos em infraestrutura, especialmente por meio do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), que financia projetos essenciais, como o de energia renovável e transporte na África do Sul. De 2015 a 2019, aproximadamente 19 projetos, com um valor total de US\$5,2 bilhões, foram financiados no país, incluindo iniciativas como o armazenamento de energia e a modernização do terminal de contêineres de Durban.

Essa cooperação é de suma importância, pois busca apoiar o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento da economia sul-africana, tanto no contexto nacional quanto no cenário internacional. A parceria entre os BRICS e a África do Sul também apresenta impactos indiretos nos conflitos armados da região. Ao promover o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria da infraestrutura, como no caso da construção de estradas e sistemas energéticos, a cooperação pode, a longo prazo, contribuir para a mitigação de conflitos relacionados à pobreza, insegurança alimentar e desigualdade social.

De acordo com Jacques (2024), em termos comerciais, os desafios ainda são consideráveis. A África do Sul encontra dificuldades em competir com os demais membros do grupo, devido à sua dependência de exportações primárias e à sua incapacidade de agregar valor às matérias-primas que exporta. Apesar disso, as relações com a China e a Índia se destacam pela crescente demanda por minerais sul-africanos, demonstrando a importância da África do Sul no fornecimento de insumos para as economias asiáticas.

A África do Sul também desempenha um papel estratégico nas discussões sobre o desenvolvimento da infraestrutura africana e a integração regional. Através do BRICS, o país promoveu a elaboração de um plano de industrialização e integração regional que visa fortalecer as economias africanas emergentes e reduzir a dependência externa. Essa iniciativa é crucial para a estabilidade econômica do continente e pode influenciar diretamente na prevenção de conflitos armados, criando oportunidades de emprego e incentivando a participação econômica mais ampla das populações locais.

Assim, segundo Jacques (2024), a cooperação econômica entre os BRICS e a África do Sul não só beneficia o país em termos de crescimento e comércio, mas também desempenha um papel crucial na melhoria das condições socioeconômicas

que podem, indiretamente, contribuir para a redução de conflitos armados e instabilidade social na região.

Por fim, o próximo tópico aborda uma questão de extrema relevância para a política internacional contemporânea: as sanções econômicas impostas à Rússia pela União Europeia. Essas sanções, aplicadas em resposta a eventos geopolíticos críticos, como a anexação da Crimeia em 2014 e, mais recentemente, a invasão da Ucrânia, têm afetado drasticamente a economia russa e o equilíbrio comercial global.

O impacto dessas medidas punitivas estende-se não apenas à Rússia, mas também aos mercados internacionais, afetando as cadeias de fornecimento e os preços de commodities estratégicas, como petróleo e gás. Nesse contexto, o papel do BRICS e da África do Sul como possíveis intermediários ou parceiros comerciais alternativos para a Rússia também merece atenção.

Explora-se, portanto, como essas sanções moldam as relações econômicas e comerciais entre Rússia, BRICS e o restante do mundo, e os efeitos econômicos globais provocados por essas medidas.

3.3 A GUERRA ENTRE A RÚSSIA E A UCRÂNIA E SEUS IMPACTOS ECONÔMICOS

Antes de se discutir sobre os impactos econômicos de uma das guerras globais mais recentes, ainda sem resolução, é preciso contextualizá-la. Em 2014, a Ucrânia viveu um período de grande turbulência política com as manifestações conhecidas como "Euromaidan", nas quais a população tomou as ruas de Kiev em protesto contra o governo de Viktor Yanukovych. Esse movimento foi impulsionado pelo desejo popular de maior aproximação com o Ocidente, particularmente através de um acordo de associação com a União Europeia (COELHO, 2023).

Contudo, após negociações com o presidente russo Vladimir Putin, Yanukovych recuou da assinatura do acordo com a UE, preferindo se aproximar da União Econômica da Eurásia, liderada pela Rússia, o que desencadeou a ira popular. A repressão violenta das forças de segurança contra os manifestantes apenas aumentou a insatisfação e uniu a população contra o governo ucraniano e a influência russa (COELHO, 2023).

Os confrontos entre manifestantes e a polícia resultaram em mortos e feridos, e a situação agravou-se ao ponto de novas eleições serem acordadas. Com a fuga de

Yanukovych, as eleições foram antecipadas, resultando na vitória de Petro Poroshenko, que assumiu um governo pró-Occidente (NASCIMENTO, 2022).

Apesar da derrota política, a Rússia respondeu militarmente, começando pela anexação da Crimeia e apoiando insurgentes pró-russos nas regiões de Donetsk e Luhansk, que autoproclamaram-se repúblicas populares. Isso deu início à Guerra de Donbass, onde a Rússia obteve vitória militar, mas sem conseguir impor um controle político completo sobre a região, limitando-se a manter sua influência e a fornecer apoio logístico (NASCIMENTO, 2022).

Poroshenko foi sucedido por Volodimir Zelensky, que buscou uma maior aproximação com a União Europeia e os Estados Unidos, enfrentando as influências russas. A escalada de tensões entre Rússia e Ucrânia culminou em 2022, quando Vladimir Putin ordenou a invasão da Ucrânia, justificando-a como uma "operação militar especial". Essa incursão, que deveria ter sido rápida, prolongou-se além das expectativas russas, causando disrupções na oferta de gás russo, especialmente em Donbass (COSTA, 2023).

Houve um aumento significativo nos preços de energia em toda a Europa. Além das consequências imediatas do conflito, as sanções econômicas impostas pela União Europeia e pelos Estados Unidos à Rússia após a invasão de 2022 contribuíram para enfraquecer ainda mais a economia russa. O envolvimento direto da Rússia no conflito, aliado às sanções ocidentais, teve repercussões tanto para a economia global quanto para o equilíbrio geopolítico, impactando profundamente os mercados de energia e recursos estratégicos (COSTA, 2023).

Até o presente momento, o conflito permanece sem uma resolução clara, e suas consequências econômicas e políticas continuam a se desenrolar com potenciais transformações no cenário internacional.

3.3.1 Consequências dos embargos sobre a exportação de petróleo russo

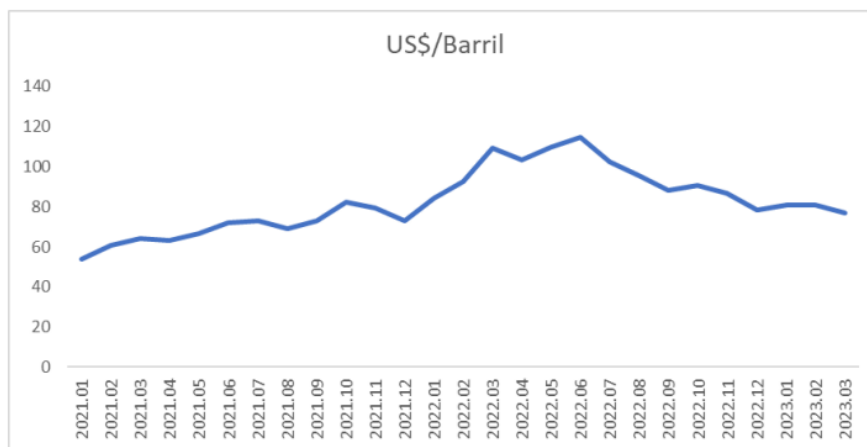
A invasão da Ucrânia pela Rússia provocou um impacto imediato nos preços globais do petróleo, refletindo o temor de interrupções no fornecimento da commodity. O preço do barril de petróleo, que estava em US\$ 84 em janeiro, subiu rapidamente para US\$ 109 em março, logo após o início do conflito, atingindo seu pico em junho, quando chegou a US\$ 114. Esse aumento foi acentuado por uma série de fatores preexistentes, como a recuperação da demanda mundial de petróleo devido ao fim

das restrições impostas pela pandemia de COVID-19 (VERAS, 2023).

Com o fim das políticas de lockdown, as economias globais voltaram à normalidade, aumentando significativamente a demanda por bens e serviços dependentes do petróleo. Esse aumento de demanda, no entanto, superou a capacidade da oferta, que já estava em um nível reduzido devido à baixa de investimentos em novas explorações e produções. A pressão ambiental e a menor demanda por petróleo durante a pandemia levaram a um declínio nos investimentos no setor (SILVERIO, 2023).

Assim, quando a Rússia, então o segundo maior exportador mundial de petróleo, iniciou a guerra, os mercados passaram a incorporar no preço a incerteza quanto à continuidade do fornecimento. Nesse contexto, o Gráfico 1 reflete as oscilações nos preços do petróleo entre janeiro de 2021 e março de 2023, destacando os efeitos causados tanto pela guerra quanto pelas mudanças na dinâmica de oferta e demanda globais.

GRÁFICO 1 – VARIAÇÕES NO VALOR GLOBAL DO PETRÓLEO DURANTE CRISES GEOPOLÍTICAS (JAN 2021 - MAR 2023)



Fonte: Veras (2023, p. 45)

Os dados do Gráfico 1, portanto, demonstram a variação do preço do barril de petróleo entre janeiro de 2021 e março de 2023, revelando um padrão de flutuações significativas, influenciado principalmente por eventos geopolíticos e econômicos. No início de 2021, o preço do barril estava em torno de US\$ 60, o que reflete uma recuperação gradual após o período de demanda reduzida causado pela pandemia da COVID-19. À medida que as economias globais começaram a reabrir e a demanda

por energia aumentou, o preço subiu lentamente, atingindo aproximadamente US\$ 80 no final de 2021 (VERAS, 2023).

No início de 2022, com a invasão da Ucrânia pela Rússia, a segunda maior exportadora de petróleo do mundo, houve uma escalada abrupta nos preços, atingindo seu pico em junho, quando o barril chegou a custar US\$ 114. Esse aumento reflete o temor de interrupção no fornecimento global de petróleo devido às sanções impostas à Rússia, bem como a oferta já insuficiente que vinha sendo observada desde o fim dos bloqueios relacionados à pandemia (VERAS, 2023).

Após esse pico, observa-se uma queda gradual no preço, chegando a uma estabilização em torno de US\$ 80 a partir de meados de 2022 até março de 2023. Essa queda pode estar relacionada à adaptação do mercado global às novas condições de oferta, com esforços para diversificar fontes de petróleo e um abrandamento nas preocupações sobre interrupções de longo prazo. Outros fatores econômicos, como políticas de redução de consumo e o aumento das preocupações ambientais também podem ter influenciado esse declínio (VERAS, 2023).

Assim, o Gráfico 1 reflete como a guerra na Ucrânia gerou um aumento temporário nos preços do petróleo, que, embora tenham caído após um pico inicial, ainda permaneceram acima dos níveis pré-conflito até o início de 2023. A resposta global à invasão russa da Ucrânia foi caracterizada por um esforço conjunto de apoio à Ucrânia sem um envolvimento militar direto. As sanções econômicas se tornaram a principal ferramenta usada para pressionar a Rússia (SILVERIO, 2023).

Entre as medidas adotadas, Estados Unidos e Reino Unido destacaram-se ao proibir a importação de petróleo russo, o que causou uma reconfiguração no mercado internacional. Essa proibição forçou os países a buscarem novos fornecedores de petróleo, resultando em um aumento considerável no preço da commodity. Todavia, outro fator crucial foi o banimento de bancos russos do sistema SWIFT, essencial para transações financeiras globais (NASCIMENTO, 2022).

Com essa medida, qualquer nação que ainda desejasse negociar com a Rússia enfrentaria custos de transação mais altos, levando muitos a buscar alternativas de fornecimento. Consequentemente, a demanda por petróleo de outros produtores aumentou, impulsionando os preços globais. No entanto, a escalada dos preços não durou tanto quanto o esperado. Um fator determinante para essa desaceleração foi o aumento das taxas de juros em economias chave, que afetaram o consumo, reduzindo assim a demanda por petróleo. Esse movimento, ao conter o consumo, diminuiu a

pressão sobre os preços da commodity (COSTA, 2023).

Além disso, a Rússia encontrou apoio entre seus parceiros do BRICS, como China e Índia. Essas nações não apenas ignoraram os embargos, mas também compraram petróleo russo com desconto. Segundo análises de especialistas como Cecilia Rouse, economista da administração de Joe Biden, as compras feitas por China e Índia em volumes maiores do que o divulgado foram determinantes para a queda no preço do petróleo (COSTA, 2023).

Ao adquirir grandes quantidades de petróleo russo, essas economias diminuíram sua demanda por petróleo de outros fornecedores, contribuindo indiretamente para a estabilização do preço do barril no mercado global. Em resumo, embora as sanções inicialmente tenham provocado um aumento nos preços do petróleo, a combinação de políticas monetárias, ajustes no consumo global e as movimentações de grandes compradores como China e Índia atuaram para equilibrar o mercado, gerando uma relativa queda no preço da commodity ao longo do tempo.

3.3.2 Consequências da invasão russa e a adaptação dos mercados globais

A invasão russa na Ucrânia em 2022 provocou uma série de reações imediatas nos mercados globais, especialmente no setor de energia, que resultaram em uma rápida escalada dos preços do petróleo. Como a Rússia é um dos maiores exportadores mundiais de petróleo, a ameaça de interrupção no fornecimento da commodity gerou incerteza e aumentou os preços no mercado internacional (VERAS, 2023).

Esse choque no preço do petróleo teve efeitos em cadeia, aumentando o custo de produtos derivados e impactando setores fundamentais da economia global, como transporte e geração de energia. Além disso, a alta nos preços do petróleo repercutiu diretamente na inflação, afetando o custo de vida em várias partes do mundo. Produtos que dependem do petróleo para serem fabricados ou transportados sofreram aumentos, criando uma pressão inflacionária significativa nas economias (VERAS, 2023).

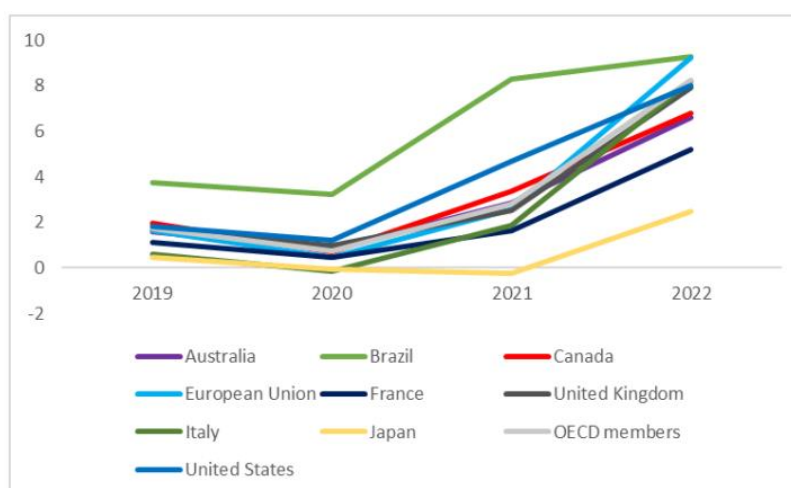
Esse cenário foi observado tanto em países altamente dependentes de petróleo quanto em nações com economias mais diversificadas. Nos Estados Unidos, a inflação subiu de 4,7% em 2021 para 8% em 2022, demonstrando como os aumentos nos preços da energia se refletiram nos índices de custo de vida. No Reino Unido, a

inflação mais que triplicou, saltando de 2,5% para 7,9% no mesmo período, revelando uma crise inflacionária ainda mais intensa.

A situação foi semelhante entre os membros da OCDE, onde a média de inflação passou de 2,8% para 8,2%. Na União Europeia, altamente dependente da energia russa, a variação foi de 2,5% para 9,2%. No Brasil, onde a inflação já estava em um nível elevado de 8,3%, houve um aumento para 9,3%. Esses aumentos refletem as tensões globais e as medidas econômicas adotadas em resposta à invasão russa, como sanções e embargos sobre a exportação de petróleo.

Tal cenário com que as economias em todo o mundo tivessem que se ajustar a uma nova realidade de preços mais altos. Nessa perspectiva, o Gráfico 2 ilustra a variação da inflação entre 2019 e 2022, destacando o impacto da crise no aumento dos preços globais:

GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DA INFLAÇÃO GLOBAL DE 2019 A 2022



Fonte: Veras (2023, p. 47)

O Gráfico 2 mostra a evolução da inflação entre 2019 e 2022 em diversas economias, destacando o impacto do aumento dos preços globais, especialmente impulsionado pela alta do petróleo e outros fatores econômicos decorrentes da pandemia e da invasão russa à Ucrânia. Em 2019 e 2020, a inflação nas economias analisadas era relativamente baixa. A pandemia, apesar de reduzir o consumo em 2020, manteve a inflação controlada na maioria das economias, com pequenas variações entre os países.

Contudo, a partir de 2021, vemos um aumento acentuado nos índices

inflacionários, principalmente nos Estados Unidos, Brasil e países da União Europeia. O Brasil, que já tinha uma inflação acima da média global em 2020, continuou subindo em 2021 e 2022, alcançando o maior valor entre as economias analisadas.

Nos Estados Unidos, a inflação saltou de uma média controlada em 2020 para níveis muito mais elevados em 2021 e 2022. O Reino Unido, Canadá e França também registraram elevações notáveis nesse período. O aumento da inflação foi motivado em grande parte pela interrupção na oferta global de energia, aumento nos preços do petróleo e seus derivados, bem como pela crise das cadeias de suprimentos globais.

O Japão, por exemplo, embora tenha mantido níveis de inflação relativamente baixos, também experimentou uma elevação a partir de 2021. Nessa perspectiva, em economias como a União Europeia, bem como no caso dos membros da OCDE, viu-se as inflações dispararem para números não vistos desde o início dos anos 2000, demonstrando que o impacto foi global, afetando tanto economias avançadas quanto emergentes.

Esses dados indicam que a pressão inflacionária foi global e intensificada por múltiplos fatores, incluindo a crise energética derivada da guerra na Ucrânia, bem como pela recuperação da demanda pós-pandemia, somada a problemas estruturais na cadeia de oferta global. A resposta dos bancos centrais globais às pressões inflacionárias veio de forma rápida e coordenada por meio do aumento das taxas de juros.

O objetivo foi desacelerar o consumo, controlando a inflação e trazendo-a de volta a níveis sustentáveis. Nos Estados Unidos, o Federal Reserve (FED) deu início ao ciclo de elevação em março de 2022, realizando aumentos progressivos que elevaram a taxa para o intervalo atual de 5% a 5,25%. Durante esse processo, houve preocupações sobre uma possível recessão, especialmente após a falência do Silicon Valley Bank (SVB), que trouxe à tona o risco de uma crise bancária.

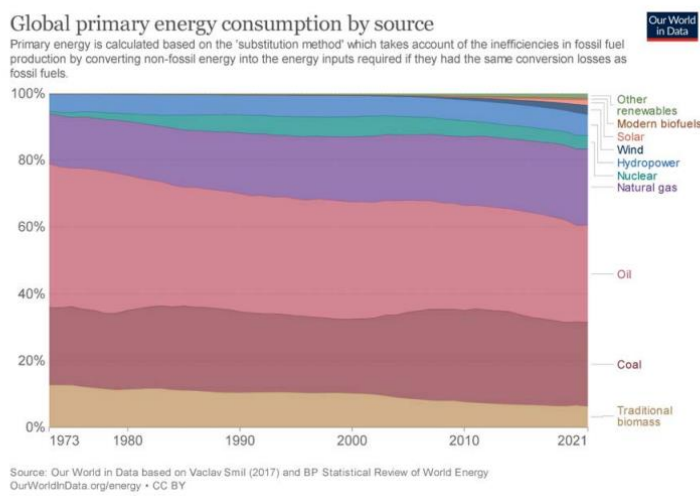
No entanto, salienta-se que a ameaça de uma recessão parece menos iminente no momento. Na Europa, o Banco Central Europeu (BCE) seguiu um caminho semelhante, mas com um certo atraso. O BCE começou a elevar suas taxas de juros em julho de 2022, com a taxa atual alcançando 4%. Já no Brasil, o Banco Central, sob a liderança de Roberto Campos Neto, iniciou o ciclo de alta de juros em 2021, antes de muitos outros países.

Esse movimento antecipado pode ter oferecido uma vantagem ao Brasil, pois

agora há discussões sobre a possibilidade de redução da taxa Selic em breve. Até o momento, os dados indicam que as economias estão a caminho de um "pouso suave", com a desaceleração do crescimento econômico, mas sem recessão iminente. Além disso, os preços do petróleo parecem ter estabilizado e não devem causar impactos tão profundos como inicialmente temido.

Esse cenário é semelhante ao choque petrolífero de 1990, quando os efeitos foram menos devastadores do que o esperado. Diferentemente das crises de 1973 e 1979, o contexto atual é marcado por avanços tecnológicos que permitiram a exploração de novas fontes de energia, o que diminuiu a dependência global do petróleo. A evolução da matriz energética global reflete essa mudança, como mostrado no Gráfico 3 a seguir:

GRÁFICO 3 – TRANSFORMAÇÕES NA MATRIZ ENERGÉTICA GLOBAL (1970-2022)



Fonte: Veras (2023, p. 50)

Ao longo das últimas décadas, o impacto econômico dos conflitos armados tem se mostrado uma constante na dinâmica geopolítica global, com efeitos profundos tanto nos países envolvidos diretamente quanto nas economias internacionais. A invasão russa da Ucrânia em 2022 e os subsequentes embargos econômicos aplicados à Rússia são exemplos contemporâneos desse fenômeno. A guerra teve um impacto imediato no preço do petróleo, refletindo as incertezas sobre o fornecimento global de energia.

Tal cenário, por sua vez, gerou um efeito cascata nos índices de inflação em

todo o mundo. Países como os Estados Unidos, membros da União Europeia, e até mesmo economias emergentes como o Brasil sentiram o aumento dos preços do petróleo, resultando em uma elevação nos preços de bens e serviços essenciais. A inflação, que já vinha em alta desde a recuperação pós-pandemia, foi exacerbada pela guerra e pelas sanções, fazendo com que os governos adotassem políticas monetárias mais rígidas, elevando as taxas de juros em uma tentativa de controlar o aumento de preços.

Todavia, cita-se que, além do impacto direto sobre os preços globais do petróleo, a invasão russa e os embargos subsequentes também destacaram a fragilidade das cadeias globais de energia e a dependência contínua de combustíveis fósseis. Embora avanços em fontes de energia renovável e alternativas tenham reduzido parcialmente essa dependência, o choque inicial ainda causou uma grande volatilidade nos mercados.

A resposta das grandes potências, especialmente dos bancos centrais, ao aumentar as taxas de juros de forma coordenada, demonstrou que o mundo econômico de hoje está melhor equipado para lidar com esses choques do que em crises anteriores, como as de 1973 e 1979. No entanto, o efeito sobre a economia real, como a desaceleração do crescimento e o impacto sobre o custo de vida da população, foi sentido em todo o mundo, com consequências significativas para a estabilidade global.

Nessa perspectiva, verificou-se na análise que o ciclo de elevação de juros, conduzido por bancos centrais como o Federal Reserve nos EUA e o BCE na Europa, visa mitigar a inflação, ainda que ao custo de uma possível desaceleração econômica. Países como o Brasil, que começaram a elevar suas taxas de juros antes da maioria, já discutem a possibilidade de redução, mostrando uma diferença de ritmo entre as economias.

Por fim, o conflito também trouxe à tona discussões sobre a resiliência das economias e a necessidade de continuar diversificando fontes de energia para reduzir a vulnerabilidade frente a crises futuras. Embora o mundo tenha demonstrado uma capacidade impressionante de absorver os impactos iniciais desse conflito, a situação continua sendo delicada, com efeitos econômicos a longo prazo que ainda estão por vir.

Concluindo, os conflitos armados, como o entre Rússia e Ucrânia, não só afetam diretamente os países envolvidos, mas reverberam em todo o cenário

econômico global, influenciando mercados de commodities, políticas monetárias e a própria estrutura de consumo e produção mundial. A busca por estabilidade econômica e energética permanece no centro das políticas globais, com as lições desse conflito moldando as estratégias para futuros desafios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final da análise dos impactos econômicos de conflitos armados e guerras nas economias globais, é possível observar que esses eventos geram consequências profundas e multidimensionais. Os conflitos afetam diretamente a infraestrutura, o capital humano e os mercados, criando um ciclo de destruição que, por vezes, culmina em reconstrução e renovação econômica.

Esse processo, como discutido ao longo deste trabalho, pode ser explicado por teorias como o modelo destruição-criação de Richard Cantillon, que sugere que a destruição ocasionada pela guerra, embora negativa a curto prazo, pode, paradoxalmente, abrir caminhos para a inovação e reestruturação econômica no longo prazo.

Os impactos econômicos, entretanto, não são homogêneos. O cenário pós-guerra é marcado por disparidades entre os países envolvidos, onde alguns, principalmente aqueles com fortes alianças políticas e apoio internacional, conseguem se reerguer mais rapidamente. Por outro lado, nações sem uma estrutura política ou econômica estável enfrentam desafios maiores, como a perpetuação de crises humanitárias, fuga de capital e mão de obra qualificada, além de danos ao tecido social, dificultando o crescimento econômico sustentável.

Além disso, o contexto global contemporâneo adiciona novas variáveis a essa equação, como a globalização e a interconexão entre economias. O mundo moderno é marcado pela interdependência econômica, o que significa que os conflitos em uma região podem ter repercussões muito além de suas fronteiras. Exemplos incluem as sanções econômicas impostas a países como a Rússia e seus efeitos nos mercados de energia e nas cadeias de valor globais, ou os impactos de conflitos internos em países da África e Oriente Médio na produção de alimentos e commodities.

A análise histórica dos grandes conflitos globais, como as duas Guerras Mundiais, demonstra que, embora devastadores em termos de vidas humanas e destruição material, esses eventos também foram catalisadores para transformações econômicas de longo prazo. Na Europa, por exemplo, a Segunda Guerra Mundial levou ao desenvolvimento do Plano Marshall, que foi essencial para a recuperação e o crescimento econômico do continente, mostrando a importância de políticas econômicas sólidas e cooperação internacional na fase de reconstrução.

No entanto, é importante ressaltar que nem todos os países conseguem se

beneficiar de um ciclo de destruição e criação. Em muitos casos, como nas guerras civis ou conflitos prolongados, a economia local entra em colapso, e os efeitos devastadores podem persistir por décadas. O deslocamento de populações, a destruição de infraestruturas essenciais, como escolas e hospitais, e a interrupção das atividades econômicas podem gerar um ciclo vicioso de pobreza e subdesenvolvimento.

Além disso, a economia de guerra desvia recursos que poderiam ser usados para o desenvolvimento em tempos de paz, comprometendo setores como educação, saúde e infraestrutura. Os custos de longo prazo de conflitos armados, como o aumento da dívida pública e a inflação, são igualmente preocupantes. Governos muitas vezes se veem forçados a financiar a guerra por meio do aumento de impostos ou do endividamento, o que pode prejudicar a estabilidade macroeconômica e dificultar a recuperação pós-conflito.

Adicionalmente, a inflação gerada pelo aumento dos gastos militares e a escassez de recursos essenciais tende a desvalorizar a moeda local e reduzir o poder de compra da população. Apesar dos efeitos negativos, a guerra também pode, em alguns contextos, estimular avanços tecnológicos e mudanças estruturais. Muitas inovações que surgem em tempos de guerra, principalmente no setor militar, podem ser adaptadas para uso civil, impulsionando a produtividade e o crescimento econômico em setores como tecnologia e manufatura.

A mobilização de recursos humanos e materiais durante a guerra pode acelerar a industrialização, como observado em diversos países após os conflitos mundiais. Para o futuro, as lições aprendidas com os conflitos globais do século XX devem continuar a guiar as políticas de recuperação e cooperação internacional. As organizações multilaterais, como o Banco Mundial e o FMI, desempenham um papel crucial ao fornecer assistência financeira e técnica aos países devastados pela guerra.

Contudo, observa-se que a reconstrução bem-sucedida depende não apenas de recursos financeiros, mas também de reformas políticas e institucionais que promovam a paz, a estabilidade e a inclusão social. Por fim, é importante destacar as limitações desta pesquisa. Embora a análise tenha considerado diversos aspectos dos impactos econômicos de conflitos armados, o tema é extremamente vasto e multifacetado.

Fatores como as dinâmicas políticas internas, a influência de potências estrangeiras e as especificidades culturais dos países envolvidos não foram

explorados em profundidade, mas têm relevância significativa para a compreensão completa do fenômeno.

Sugere-se que estudos futuros investiguem de forma mais detalhada os impactos de conflitos armados em economias emergentes e o papel das novas tecnologias, como a guerra cibernética, nas economias globais. Além disso, a intersecção entre questões ambientais, como as mudanças climáticas, e os conflitos armados também merece uma análise mais aprofundada, visto que a escassez de recursos naturais tem sido um fator crescente na eclosão de novas guerras e conflitos regionais.

A continuidade dessas pesquisas é essencial para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes de prevenção e mitigação dos impactos econômicos das guerras.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Maria José Sarmento Ribeiro. **A desumanização do inimigo, discurso de ódio e conflitos armados**. 2023. 58f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Católica Portuguesa, 2023.

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. Segurança pública e as operações de construção da paz pós-conflitos armados. **Estudos de Sociologia**, v. 17, n. 33, p. 429-445, 2012.

ALMEIDA, Paulo Roberto. Os imperialismos europeus e o impacto econômico das guerras globais do século XX. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 2, n. 1, p. 12-32, 2015.

ALMEIDA, Pedro. **A proteção jurídica do patrimônio cultural em face dos conflitos armados contemporâneos**. Editora Dialética, 2020.

AMORIM, Ricardo Luiz Chagas. Macroeconomia neoclássica contemporânea: novos-keynesianos e novos-clássicos. **Ensaio FEE**, v. 23, n. 1, p. 29-56, 2002.

ANNAN, KA. **Prevenção de conflitos armados**: relatório do secretário-geral. 1. ed. Nova York: Nações Unidas, 2002.

BARTOLOMÉ, Mariano César. Amenazas y conflictos híbridos: características distintivas, evolución en el tiempo y manifestaciones preponderantes. **URVIO Revista Latinoamericana de Estudios de Seguridad**, n. 25, p. 8-23, 2019.

BOSE, Monica. **Empreendedorismo social e promoção do desenvolvimento local**. 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

BROWN, ME. **The international dimensions of internal conflicts**. Cambridge: MIT Press, 1996.

CARDOSO, Nilton César Fernandes. **Segurança regional no Chifre da África (1974-2017)**: conflitos, atores, agendas e ameaças. 2019. 357f. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

CARVALHO, André Roncaglia de; BORGES, João Machado. A economia monetária de Cantillon e o debate moderno entre ortodoxia e heterodoxia. **Economia e Sociedade**, v. 28, p. 31-51, 2019.

CAVALCANTE, Carolina Miranda. Metodologia e modelos econômicos. **Principia: an International Journal of Epistemology**, v. 18, n. 2, p. 187-208, 2014.

CLAVAL, Paul. Geografia econômica e economia. **GeoTextos**, v. 1, 2005.

COELHO, Arthur Salvador. **O impacto macroeconômico da guerra entre Rússia e Ucrânia**. 2023. 28f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências

Econômicas) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

COSTA, Ingrid Taynara da Silva. **Sanções econômicas impostas à Rússia pela União Europeia**: em razão da invasão à Ucrânia em 2022. 2023. 56f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

CULLEN, A. **The concept of non-international armed conflict in international humanitarian law**. Cambridge: Cambridge University Press. Ed., 2010.

DRUMOND, Carlos Eduardo Iwai; DE JESUS, Cleiton Silva. Nova síntese neoclássica e política monetária: uma apreciação didática. **Nexos Econômicos**, v. 6, n. 1, p. 83-94, 2012.

FELÍCIO JUNIOR, Rafael; FIGUEIRA, Ariane Cristine Roder. Guerra e Negócios: o que a Literatura Tem a Dizer sobre o Assunto? **Organizações & Sociedade**, v. 29, n. 103, p. 693-723, 2022.

FOLETTTO, Marjorie Freidhen. **O lado B da guerra**: o conflito armado como dinâmica que impeliu à transformação de unidades e estruturas sistêmicas. 2016. 77f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

GUHA-KHASNOBIS, B.; ARCHARYA, S. S.; DAVIS B. **Food insecurity, vulnerability and Human Rights failure**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007.

HAYEK, Friedrich A. **Desemprego e política monetária**. LVM Editora, 2017.

HOLSTI, Kalevi J. **The state, war, and the state of war**. Cambridge University Press, Nova York, 1996.

JACQUES, Netly Jean. **O impacto dos BRICS no processo do desenvolvimento econômico na África do Sul (2011-2020)**. 2024. 82f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.

KALDOR, Mary. **New and old wars**: organized violence in a global era. 3. ed. Califórnia: Stanford University Press, 2012.

LOPES, Derson et al. Fatores socioeconômicos como motivadores para o empreendedorismo social. **Ciências da Administração**, v. 22, n. 56, p. 75-90, 2020.

MACHADO, Ana Paula Alves. **A (in)segurança alimentar como arma de guerra**: Somália. 79f. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, 2017.

MARTÍNEZ, Mónica Montana. **O conflito armado colombiano**: impactos regionais na área da segurança estatal e humana. 2015. 96f. Trabalho de Conclusão de

Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

MARTINS, Andreia de Fátima Hoelzle; XAVIER, Wesley Silva. O direito ao trabalho para refugiados: características das políticas migratórias brasileiras do pós-guerra até 2019. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 19, p. 325-337, 2021.

NASCIMENTO, Clarissa Dias. **Os impactos da guerra entre a Rússia e a Ucrânia no mercado de fertilizantes brasileiro**. 2022. 55f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

NOGUEIRA, Joao Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: ELS, 2005.

PEREIRA, Luiz Carlos. Do desenvolvimentismo clássico e da macroeconomia pós-keynesiana ao novo desenvolvimentismo. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 39, p. 187-210, 2019.

PIKETTY, Thomas. **Capital in the Twenty-First Century**. Cambridge, MA: The Belknap Press of Harvard University Press, 2014.

RIBEIRO, Ricardo de Queirós Batista. **Origem psíquica do conflito armado sob o olhar da psicologia complexa**. 2019. 80f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Educação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2019.

SANTOS, Patrine Soares et al. Críticas e contraposições entre os modelos NovoClássico e Novo-Keynesiano. **Revista Debate Econômico**, v. 6, n. 1, p. 4-25, 2018.

SILVA, Igor Castellano. O modo africano de fazer a guerra: a guerra proxy irregular regionalizada. **Dados**, v. 65, n. 3, p. e20190197, 2022.

SILVA, Maria Amanda Capucho da. **Correlação canônica: será que o comércio internacional impacta nos gastos com proteção social ou somente na renda nacional?** 2024. 40f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2024.

SILVERIO, Laura Alice Dametto. **Reflexos inevitáveis dos conflitos armados sobre a cadeia produtiva – estudo de caso de guerra na Ucrânia**. 2023. 44f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2023.

TEODOSIJEVIC, S. B. Armed conflicts and food security. **ESA Working Paper**, n. 3, 2003.

THOMAS, Caroline. Poor, development and Hunger. *In*: BAYLIS, J.; SMITH, S.; OWENS, P. **The globalization of World politics: an introduction to international relations**. 4ed. New York: Oxford University Press, 2008.

THORNTON, Mark. Arranha-céus e ciclos econômicos. **MISES: Interdisciplinary Journal of Philosophy, Law and Economics**, v. 3, n. 1, p. 111-131, 2015.

TOOZE, J. Adam. **The deluge: the great war, america and the remaking of global order, 1916-1931**. Nova York: Viking Penguin, 2014.

VERAS, Rodrigo. **Conflitos armados como causadores de choques no preço do petróleo e seus impactos na economia**. 2023. 61f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

WALLENSTEEN, P. **Understanding conflict resolution: peace, war and the global system**. Londres: SAGE Publications, 2007.